

PUBLICAÇÃO
DE CARÁTER
INTERNO AO PT,
DISTRIBUÍDA ÚNICA
E EXCLUSIVAMENTE
AOS SEUS FILIADOS

EM TEMPO:

Nº 292
R\$ 2,00
MARÇO
1997

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA

NESTA EDIÇÃO

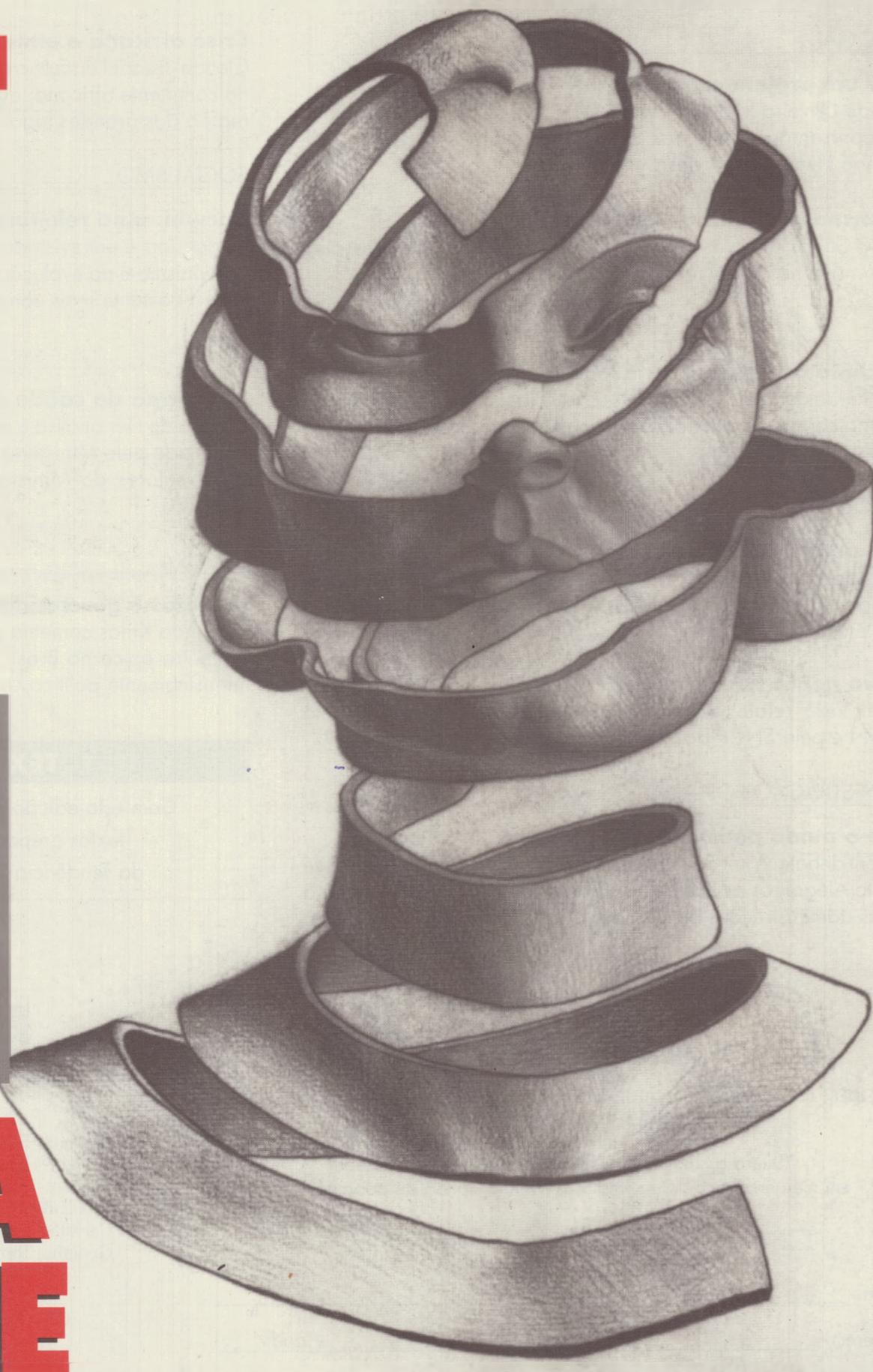
TUPAC AMARU: OS ÚLTIMOS GUEVARISTAS

POR ERNESTO HERRERA

AVAREZAS E GENEROSIDADES DO TEATRO POLÍTICO

POR FERNANDO KINAS

RAUL PONT, CHICO DE
OLIVEIRA, JOÃO MACHADO,
RAFAEL FREIRE E GUSTAVO
CODAS DEBATEM OS
AVANÇOS, IMPASSES E
NOVOS DESAFIOS QUE
MARCAM
O MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO E
POPULAR BRASILEIRO



M. C. ESCHER

PARA ONDE VAI A ESQUERDA

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Mudanças na executiva nacional do PT PÁGS. 3 e 4
João Machado analisa a recomposição da executiva, com a esquerda partidária assumindo cargos importantes no trabalho de direção do PT.

NACIONAL

FHC é um projeto conservador PÁGS. 5 e 6
Chico de Oliveira fala, em entrevista a Débora Lerrer, sobre o que está representando para as classes dominantes o governo de Fernando Henrique Cardoso.

A reforma trabalhista neoliberal PÁG. 20
Gustavo Codas monta as peças do modelo que está sendo construído pela ofensiva neoliberal no terreno das relações trabalhistas.

CUT

O declínio de uma maioria? PÁG. 7
Rafael Freire debate o retrocesso da Articulação Sindical verificado no último congresso da CNTE e suas implicações para o próximo congresso da CUT.

NEGROS

MNU, uma discussão necessária PÁG. 8
Jorge Macedo e Sebastião Oliveira (Zizo) defendem a importância do papel cumprido pelo MNU na organização do movimento negro.

O povo negro quer o poder PÁG. 9
Samuel Vida relata os resultados dos debates travados pela CONEN e pela SNCR do PT e as lutas que apontam para 1997.

ADMINISTRAÇÃO POPULAR

Sobre o modo petista de governar PÁGS. 10 e 11
Raul Pont debate, à luz da experiência petista no governo da cidade de Porto Alegre, os acúmulos na elaboração de uma linha política para as administrações do partido.

INTERNACIONAL

Tupac Amaru: os últimos guevaristas? PÁGS. 12 e 13
Ernesto Herrera analisa a recente ação do grupo peruano e o significado político da luta armada para a esquerda latino-americana.

Crise africana e etnias PÁG. 14
Claude Gabriel discute a relação entre etnias e construção nacional no continente africano, questão destacada na crise dos países da região dos grandes lagos africanos.

SOCIALISMO

Darwin, uma releitura completa PÁG. 15
Patrick Tort é entrevistado sobre o lançamento do "Dicionário do darwinismo e da evolução", que ele organizou e que permite uma leitura bastante mais completa da obra de Darwin.

SAÚDE

A reforma da saúde de FHC PÁGS. 16 e 17
Florisvaldo Fier analisa a proposta de reforma do sistema de saúde, formulada pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado e por setores do Ministério da Saúde, apontando seu caráter regressivo.

CULTURA

Avarezas e generosidades do teatro político PÁGS. 18 e 19
Fernando Kinas comenta o livro de Iná Camargo Costa, "A hora do teatro épico no Brasil", sustentando a tese de que o teatro é intrinsecamente político.

TEXTO DE APOIO

Com esta edição os assinantes de apoio recebem textos preparatórios da 4ª Conferência da Tendência Democracia Socialista do PT.

LEIA E ASSINE EM TEMPO:

QUEM OPTAR PELA ASSINATURA DE APOIO RECEBERÁ, JUNTO COM CADA EDIÇÃO DO JORNAL, UM TEXTO DE DEBATE

Quero assinar o **Em Tempo**: por um ano e receber em meu endereço 10 exemplares. Minha opção de pagamento é:

Apoio - R\$ 40,00 Normal - R\$ 20,00

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ Tel: _____

Recorte ou copie e envie junto com um cheque nominal a Carlos Henrique Goulart Árabe
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel: (011) 66 55 50

EM TEMPO:

Publicação da Tendência Democracia Socialista do PT

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Búrigo, Helena Bonumá, Hugo Manso, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilaine Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTb 18.663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Correa Leite, Carlos Henrique Árabe, Joaquim Soriano, Rita Araújo e Caco Bisol.

Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda.

Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo-SP
CEP 01151-000 / Fone (011) 66.5550
Porto Alegre - Fone (051) 225.3428

Mudanças na executiva do PT

JOÃO MACHADO

Na reunião do Diretório Nacional do PT de 22 e 23 de fevereiro, chegou-se, pela primeira vez desde o 10º Encontro Nacional, a um acordo para a composição da Comissão Executiva Nacional. A chapa *Socialismo e Democracia* passou a ocupar quatro funções: a 2º vice-presidência (Arlindo Chignaglia), a Secretaria Geral (Joaquim Soriano), a Secretaria de Formação Política (Jorge Almeida) e a Secretaria de Movimentos Populares (Sônia Hypólito).

Esta chapa havia sido a mais votada no 10º Encontro, com 46% dos votos, mas, diante da formação de um bloco pelas três outras chapas, ficara em minoria na direção nacional do partido. No processo posterior de discussão da Executiva, o bloco majoritário (em torno da *Articulação Unidade na Luta*) decidiu que a 1ª vice-presidência ficaria com Luís Dulci, da *Articulação Unidade na Luta*, e a Secretaria Geral com Cândido Vaccarezza (da chapa menos votada no 10º Encontro, *Velhos Sonhos, Novos Desafios*). Desta maneira, além da Presidência (com José Dirceu, eleito em votação separada), também o segundo e o terceiro cargos em importância na Executiva ficariam com membros do bloco majoritário.

A exclusão da esquerda após o 10º EN

Isto era um evidente absurdo: a chapa mais votada no Encontro, que tivera quase metade dos votos dos delegados, que representava portanto quase metade do partido, ficaria excluída das principais funções da direção nacional. Agravava o absurdo o fato de a Secretaria Geral ficar com um membro da chapa menos votada no Encontro (pouco mais de 5% dos votos). A explicação dada foi que, para garantir os votos (poucos, mas decisivos) dos delegados identificados com esta chapa, José Dirceu prometera ceder a Rui Falcão (principal líder da chapa *Velhos Sonhos*) a indicação da Secretaria Geral. Esta explicação, na verdade, envolvia uma transação bastante duvidosa tanto do ponto de vista ético quanto do ponto de vista político, e piorava ainda mais as coisas.

Diante disso, a chapa *Socialismo e Democracia* não aceitou integrar a Executiva; abriu-se uma crise na direção do partido que só foi encerrada nesta reunião do DN. Na reunião anterior do DN, em novembro, a chapa *Socialismo e Democracia* decidira integrar a Executiva, com seus oito membros mas sem definir a aceitação de nenhum cargo.

Quais foram as razões da mudança de posição do bloco majoritário, passando a aceitar um membro da chapa *Socialismo e Democracia* na Secretaria Geral? Há várias explicações possíveis.

O impacto dos resultados eleitorais

Provavelmente a razão mais importante foram os resultados das eleições municipais de 1996, bastante favoráveis para a esquerda do partido. Os dois únicos prefeitos de capitais eleitos são do bloco *Socialismo e Democracia*: Raul Pont, prefeito de Porto Alegre, é membro da tendência *Democracia Socialista*, e Edmilson Rodrigues, prefeito de Belém, é membro da tendência *Força Socialista*. Diante disso, o tradicional argumento usado pela imprensa burguesa e pelos dirigentes da direita do PT para desqualificar a esquerda do partido, de que ela seria composta pelos *sem-voto*, foi totalmente desqualificado. E a falta de

representatividade de uma Executiva que exclui a chapa *Socialismo e Democracia* foi agravada.

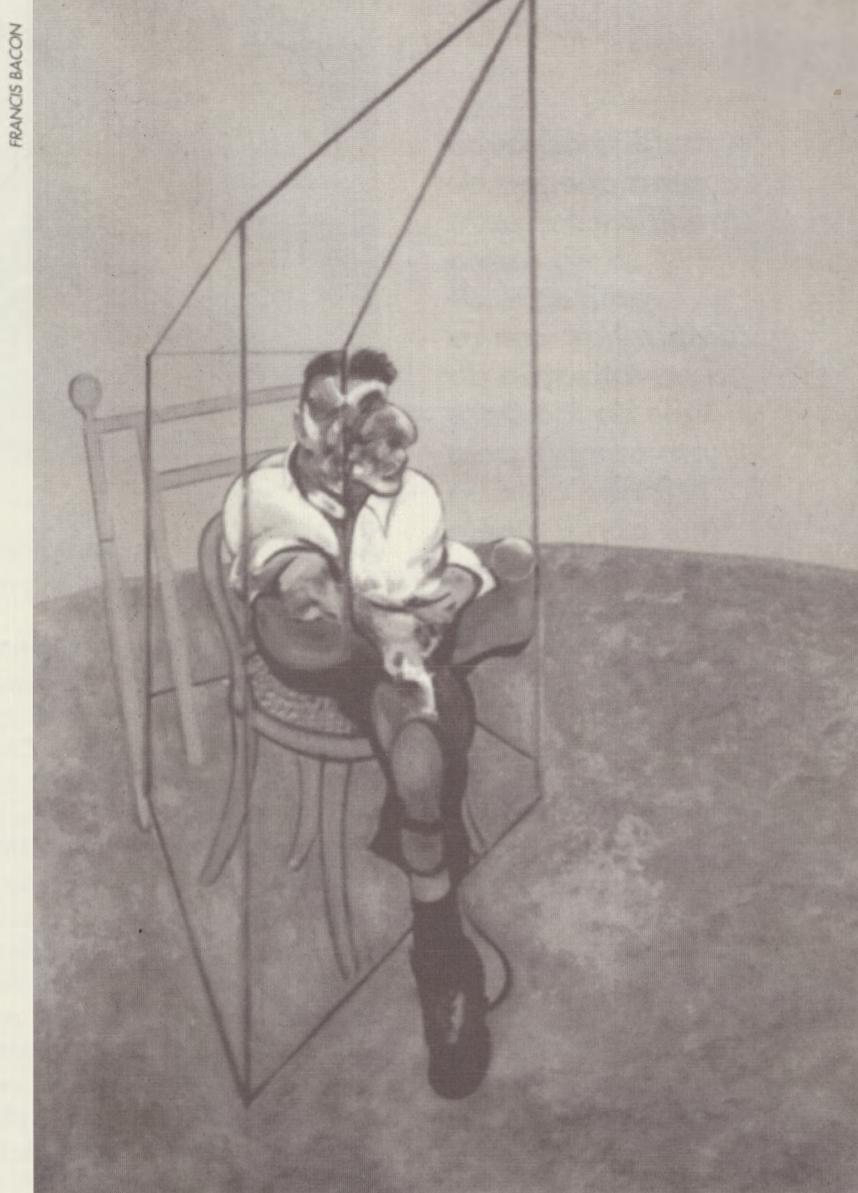
Por outro lado, alguns membros do bloco majoritário foram responsáveis por verdadeiros desastres eleitorais, como Telma de Souza e José Augusto, derrotados respectivamente em Santos e Diadema, dois dos municípios em que a disputa era mais favorável para o PT. Estas duas cidades, especialmente Diadema, ficaram identificadas com o vale-tudo na disputa interna do PT, e consequentemente com problemas políticos e éticos. Por isso, após as eleições, o DN recomendou ao Diretório Regional de São Paulo que realizasse uma intervenção em seus Diretórios Municipais (é questionável que essa recomendação só tenha sido feita após as eleições; fica uma forte impressão de que, no fundo, a razão da intervenção foi a derrota eleitoral, e que se tivesse havido vitória nada teria sido feito contra os agora fartamente reconhecidos problemas políticos e éticos).

Além disso, na principal cidade do país, São Paulo, em que a vitória eleitoral nunca foi fácil, a derrota eleitoral se deu de forma constrangedora. Foi marcada pela desconstrução da identidade petista (EM TEMPO n° 291). Tivemos de amargar até o elogio ao chefe atual do bloco conservador, FHC, em nosso (?) programa de TV, com direito a imagens e tudo.

De modo geral, como analisamos nos EMTEMPO 290 e 291, os resultados das eleições municipais significaram uma derrota da linha política adotada pelo bloco majoritário, que pode ser resumida na idéia de "ampliar alianças incluindo os adversários".

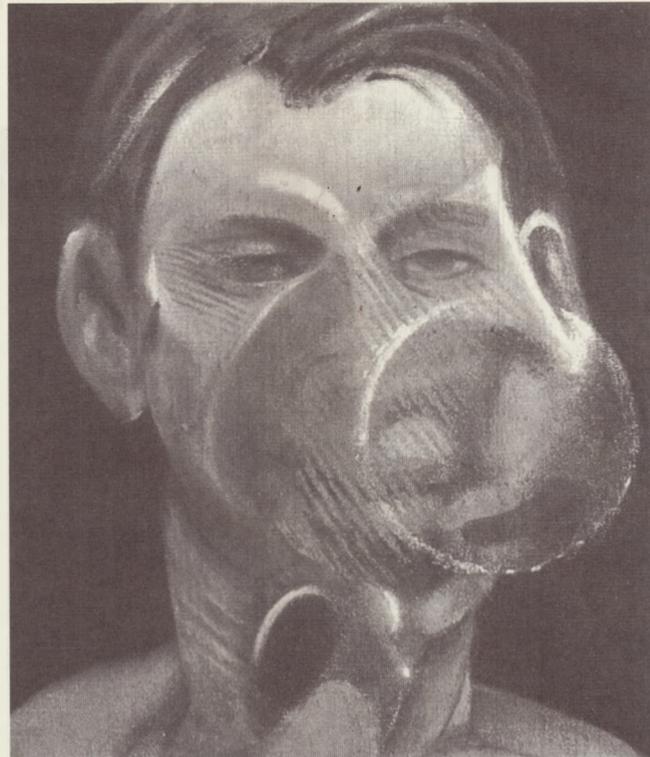
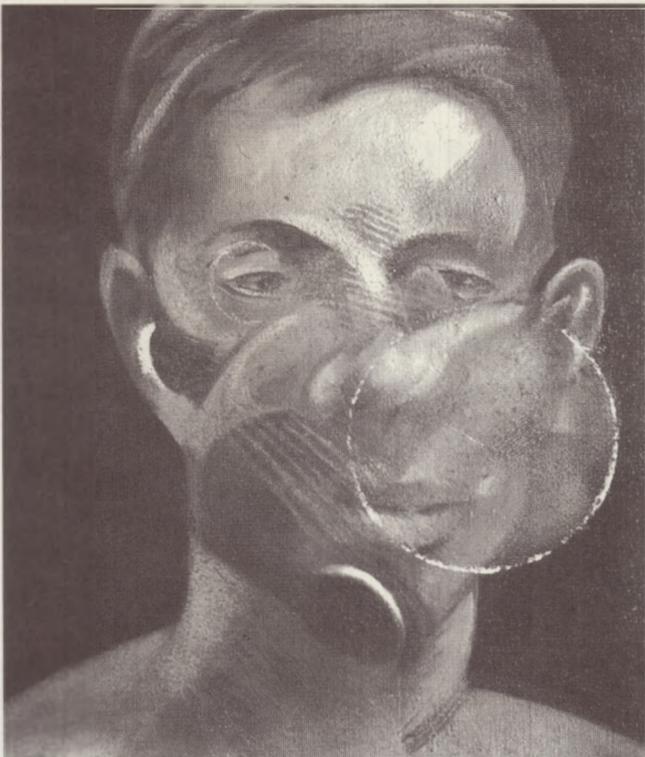
Agravamento dos problemas políticos

Mas a crise política da maioria da direção não se deve apenas à linha política eleitoral e aos resultados negativos colhidos com ela. No último período ocorreram outros problemas políticos da maior gravidade, como o fato de o governador do Espírito Santo, Victor Buaiz, vir fazendo um governo que em nada se diferencia dos governos do PSDB (ou dos outros partidos do bloco governista) e se chocar constantemente com a bancada do PT na Assembléia Legislativa capixaba. Em fevereiro, o único deputado do PT que apoiava a linha de Victor Buaiz, Juca



FRANCIS BACON

A reunião do Diretório Nacional de 22 e 23 de fevereiro, chegou - pela primeira vez desde o 10º EN - a um acordo para a composição da executiva nacional. A esquerda passou a ocupar a 2º vice-presidência e a secretaria geral.



A reunião aprovou uma agenda de mobilizações para o PT, com a realização de campanhas contra a privatização da Vale do Rio Doce (em março); pela reforma agrária (em abril); e pelo emprego e contra a precarização do trabalho (em maio).

Foi aprovada a proposta de constituição de um Forum Nacional de Entidades Democráticas e Populares, visando dar maior organicidade e unidade à oposição de esquerda.

Alves, membro da Executiva Nacional do PT após o 10º Encontro, saiu do partido devido a choques com o governador.

Uma outra razão que deve ter tido uma grande influência na mudança de posição do bloco majoritário foi a polêmica em torno ao comissionamento do secretário geral do partido no gabinete da Presidência da Câmara Municipal de São Paulo, ocupada por um vereador do PPB malufista. Muitos petistas consideraram, com razão, que aceitar comissionamento em um gabinete do PPB, ainda que fosse o da Presidência, era ir longe demais no pragmatismo e no respeito às "instituições" do legislativo burguês. Por outro lado, muitos dirigentes partidários fizeram coro à grande imprensa, que chamou Vaccarezza de "funcionário fantasma" e clamou contra a utilização de cargos do legislativo para militantes com tarefas partidárias, opondo-se assim a uma posição tradicional do PT, que sempre julgou que esta utilização é plenamente legítima. A polêmica do comissionamento de Vaccarezza na Executiva Nacional foi particularmente difícil, pois até a divulgação do ocorrido pela imprensa ela não tinha conhecimento desta situação de seu secretário geral.

Evidentemente, esta polêmica reduziu a unidade do bloco majoritário. E certamente diminuiu a capacidade do grupo liderado por Rui Falcão de continuar exigindo a secretaria geral.

Alteração positiva

Finalmente, contribuiu para a mudança da posição majoritária o fato de muitos de seus membros sempre terem julgado que era mais correto que a secretaria geral ficasse com um membro da chapa *Socialismo e Democracia*, e acharam que a participação nas tarefas de direção de uma chapa que representa quase a metade do partido é fundamental para o enfrentamento dos problemas do PT.

De qualquer maneira, o fato é que o novo acordo em torno da Executiva Nacional é muito positivo. É difícil, por enquanto, avaliar o que muda no PT com isto. Com certeza os graves problemas políticos e organizativos que o partido tem enfrentado não serão resolvidos com facilidade (como não foram resolvidos, aliás, no período posterior ao 8º Encontro do PT, quando havia outra maioria partidária; os problemas do partido não estão apenas em suas instâncias dirigentes). Mas é possível que pelo menos não continuem a se agravar, e que nos próximos meses alguns passos sejam dados para enfrentá-los. A esquerda partidária pode voltar a pôr em prática, a nível nacional, uma de suas bandeiras

tradicionais mais importantes, a do funcionamento unitário das direções do partido.

Agenda de mobilização

Outra novidade importante da reunião do DN foi a aprovação de uma agenda de mobilizações para o PT. A proposta é de realizar três campanhas - contra a privatização da Vale do Rio Doce (priorizada em março), pela reforma agrária (priorizada em abril), pelo emprego e contra a precarização do trabalho (priorizada em maio) - que se unifiquem na organização de um Forum Nacional de Entidades Democráticas e Populares, no 2º semestre.

Não é a primeira vez que o PT aprova uma agenda de mobilizações; nos últimos tempos os resultados disto tem sido reduzidos. Desta vez, no entanto, foram aprovadas medidas para que a mobilização aconteça de fato. Por exemplo, foi decidida a criação do GTM (Grupo de Trabalho de Mobilização) no DN, com um funcionamento semelhante ao do GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral) no período das eleições, para "criar as condições políticas e materiais para a mobilização do partido a nível nacional". Ou seja, além da tradicional edição de panfletos e jornais, o PT destinará recursos materiais e humanos para a organização da mobilização.

Também é uma novidade a proposta de um Forum Nacional de Entidades Democráticas e Populares. A idéia é começar a discutir esta proposta desde já com partidos e entidades como o PCdoB, o PDT, a CUT, a CONTAG, o MST, a CMP (Central de Movimentos Populares), a OAB, a CNBB, a CPT, e aprová-la durante a Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania (a ser realizada de 4 a 6 de abril, em Brasília). Este Forum, se bem sucedido, daria tanto uma maior organicidade e unidade quanto uma maior visibilidade à oposição popular.

Em junho o presidente dos EUA, Clinton, visitará o Brasil como parte de seu esforço de acelerar a criação da Área de Livre Comércio das Américas. O PT aprovou a preparação de manifestações de denúncia da estratégia norte-americana.

É possível, portanto, que os últimos meses de gestão do DN sejam bem diferentes dos anteriores - para melhor. Não apenas foi constituída uma Executiva unitária, quanto o partido está prometendo se mexer muito mais na oposição a FHC e às políticas neoliberais. Será que com isto conseguiremos enterrar a triste política de unidade com os adversários? □

João Machado é economista e membro do DN do PT.

FHC é um projeto conservador

DÉBORA LERRER ENTREVISTA CHICO DE OLIVEIRA

Qual o significado da reeleição para o cenário político brasileiro?

A reeleição é a tentativa de transformar o mandato eleitoral num projeto de hegemonia encarnado pelo Fernando Henrique Cardoso, que conseguiu soldar o conjunto das classes e dos grupos dominantes do Brasil com os partidos políticos. Essa coisa raramente é conseguida na história. Além disso, conseguiu soldar fraturas regionais, interesses de grupo. O projeto eleitoral tenta passar para o mandato isso que o FHC encarna como um projeto político.

Que projeto político é esse?

É um projeto conservador, modernizante... No mesmo sentido em que a mídia, a internet é modernizante. Mas ao invés de buscar a libertação, o progresso social, a modernização conservadora significa a subordinação dos homens a um projeto de dominação de classe. É, portanto, um governo que nega e destrói direitos. A grande liberdade que ele prega é a dos consumidores, mas a liberdade do cidadão está batendo em retirada.

O que podem significar mais quatro anos de FHC? A reeleição significa um esvaziamento da política?

Sem dúvida. A reeleição é um esvaziamento da política. É a morte da política porque é a morte do dissenso. É a fabricação do consenso pela coerção. De um lado, é uma fabricação coercitiva, porque, como dizia Gramsci, hegemonia é produto de consenso mais coerção. Há consenso, no sentido de que os êxitos do Plano Real dão um grande apoio popular à estabilidade. Mas há coerção, no sentido de que as forças burguesas se armaram para impedir o livre debate. Então, embora ninguém esteja sendo preso em nome da política, na verdade, a política desapareceu. Com o desaparecimento da política, é impossível haver o dissenso. Esse é um dos maiores desastres políticos na conjuntura atual.

Você está falando da cobertura que se deu à votação da reeleição?

Realmente houve debate? Foi um massacre permanente dos órgãos da imprensa burguesa que, desde logo, tomaram uma posição a favor. E a política ficou reduzida ao diálogo do executivo com o legislativo, com as manobras clássicas dos regimes presidencialistas de convencer o legislativo a qualquer preço. A política, então, desapareceu. Não houve e não haverá debate. FHC candidato a uma reeleição sem debate político é uma perda enorme. A política é o dissenso, não o consenso. Mais uma vez estamos jogando pela janela a possibilidade de construir realmente um espaço público e uma democracia. Não adianta instituições formalmente democráticas. Sem a possibilidade do dissenso, a democracia não passa de um grande engodo.

Nos países que adotaram esta cartilha da estabilização seguida de reeleição, como a Argentina, o povo começou a ir para as ruas, realizando protestos. Você vê alguma perspectiva de ocorrer esse tipo de reação popular no Brasil?

A estabilidade é conservadora. O grande fetiche nacional hoje é a estabilidade e ela construiu uma pesada âncora contra as reformas. Como as classes sociais, principalmente as classes sociais dominadas, tiveram uma amarga experiência com a inflação e construíram uma subjetividade muito sensível aos danos que ela infringe, a estabilidade virou o maior trunfo do projeto hegemônico conservador. Na verdade, a âncora deste projeto não é só a capacidade de FHC ser o articulador dessa aliança. A grande questão é que a estabilidade ganhou apoio popular e ela é muito conservadora. Ora, uma coisa muito conservadora num país que necessita

urgentemente de reformas, é uma enorme contradição. Essa é a força que abafa todo e qualquer projeto de dissenso no momento. Temos que tentar construir uma nova hegemonia que significa, em primeiro lugar, tentar derrubar esta estabilidade. Não a do Real. É derrubar a estabilidade fetichizada, a grande âncora do sucesso do FHC. O que irá determinar isso é a história. Ele se considera o fim da história. Acha que é insubstituível. O fim da história não existe, mas concretamente, para algumas gerações, existe. Se as oposições não conseguirem e esse projeto hegemônico perdurar, minha geração já está indo para a casa, a tua irá também, e com um país desses.

Você não vislumbra oposição?

Há cinco anos atrás, o projeto da oposição estava a alcance da mão. A margem de vantagem do Collor foi mínima, eleitoralmente. A gente podia dizer que sociológica e politicamente a alternativa da oposição estava dominante. Alf foi uma tremenda de uma encruzilhada dessa subjetividade flagelada por décadas de inflação, de um Estado falido. Um caminho apontava reformas que tinham que revirar este Estado pelo avesso. A outra apontava para destruir o Estado, o grande mal. Provavelmente a alternativa popular era majoritária. Fraudes, processos não provados, o recurso da baixaria de última hora transformaram uma maioria política, em minoria eleitoral por muito pouco. A batalha não estava perdida.

Cinco anos depois, com o Plano Real, FHC ganhou no

As intensas mudanças nas classes dominantes impossibilitavam uma hegemonia burguesa estável. Esta possibilidade só aparece com a integração da economia.





primeiro turno. Sociologicamente, a estabilidade conservadora já estava em curso. Passar do plano sociológico para o plano político foi a grande arte do Fernando Henrique.

Da revolução de 1930 para cá o país mudou, em muito pouco tempo, seu padrão produtivo e integrou-se nacionalmente. Com isso não houve projeto hegemônico que se sustentasse porque existiam classes sociais dominantes a serem substituídas. A luta econômica foi de uma violência sem paralelo. Você tem 1930. Depois, em 32, São Paulo tenta repor as coisas. Em 35 há uma tentativa liberal misturada com a intentona comunista. Em 37 tem uma tentativa de integralistas e o Getúlio dá um golpe. Em 45, tem um golpe de estado, derruba Getúlio. Quando o país caminhava para eleições, os militares depõem o ditador. Em 64 tem outro golpe de Estado, mas no meio disso, houve duas tentativas das forças armadas de depor Juscelino; uma tentativa de golpe com o Jânio, e, finalmente, em 64, o golpe de fato, que deveria ser um passeio, mas dura surpreendentemente 20 anos.

Isso demonstra a impossibilidade de hegemonia devido a um processo muito intenso de mudança das classes sociais dominantes. Tem-se, assim, que se refazer todas as alianças de classe, pactos, tem que reconhecer os inimigos. É só quando esse processo está terminando que a possibilidade da hegemonia vai aparecer, porque as economias estão integradas. Fernando Henrique é um produto de 50 anos de fortíssima aceleração e conflitos. Collor foi o primeiro anúncio. Mas era um *outsider*, mal formado e vinha de um estado pobre, que não condizia com a sociedade brasileira. FHC é a mão na luva. Ele é um intelectual orgânico, capaz de articular estes interesses todos. Não é a toa que tem na mão velhas raposas. A gente pensa que é o Antonio Carlos Magalhães que tem o FHC nas mãos. É o contrário.

O Brasil entrou no primeiro grande processo de mundialização como colônia. Nasce com o capitalismo, mas defasado. E está entrando muito mal na chamada globalização. No futuro não teremos capacidade de integrar a população, as classes sociais e diminuir as desigualdades.

Como você enxerga a forma como FHC está tratando a globalização?

Ele está fazendo tratando disso da pior forma, aceitando uma posição subordinada. A globalização, em primeiro lugar, é um processo histórico. O texto mais antecipador do que hoje se chama de globalização é o Manifesto Comunista. Globalização é um processo em que o capitalismo se transforma em um modo de produção mais abrangente e universal. Não é um problema inescapável, inevitável, é uma questão de construção histórica. Mas há várias formas de entrar na globalização.

A Rede Globo vende uma imagem da globalização como o novo milênio. Isso é a ideologização da globalização, que é uma besteira. Dizem que a globalização é um processo de equalização de oportunidades. Não é nada disso. É um processo terrível de radicalização das desigualdades. Para quem mora na África a globalização não é a mesma coisa que para quem mora em Bolonha, na Itália.

O Brasil entrou no primeiro grande processo de mundialização como colônia. Nasce com o capitalismo, mas defasado, como colônia. Sabemos de sobra o que é ser contemporâneo, mas defasado. E estamos entrando muito mal nesse processo chamado de globalização, porque é como se fosse uma equalização de oportunidades e não é. No futuro não teremos capacidade de integrar a população, as classes sociais e diminuir as desigualdades. Pode ser muito bom para grupos financeiros e econômicos, que estão ou que procurarão o Brasil, mas não será um processo integrador, pela forma subordinada que entramos nesta globalização. Veja a luta que se desenvolve nos estados para ter uma fabricazinha. O projeto nacional era integrador. Montava indústria em São Paulo, mas tentava integrar o resto. Agora você monta uma aqui e a outra pode ser na Malásia. O que é trágico é que o país é imensamente desigual. Ninguém se scandaliza mais com miséria. Ela não é mais um desafio, é um constrangimento. Os prefeitos renunciaram a combater a pobreza. Agora estão dedicados a maquiagem as cidades e têm toda aprovação.

Como você explica o vazio da esquerda?

Se nós pensarmos só em vitórias eleitorais, a perspectiva imediata, não permite otimismo. Há um período forte de

hegemonia do espectro político que vai de centro à direita, que tem base sociológica forte e foi traduzido para a política. Mas isso não tira de nós a responsabilidade de civilizar este processo. Isso significa completar, contra todas as marés, a obra da cidadania. É preciso lutar pela manutenção e pela ampliação dos direitos. Não só os direitos sociais. Os direitos civis estão também ameaçados. O seu direito constitucional de ir e vir está sendo ameaçado, na medida em que prefeitos das praias de São Paulo barram o acesso dos farofeiros. Quando direitos sociais estão ameaçados, batem nos direitos civis. Portanto estamos em frente a riscos de regressão totalitária, sem precisar tomar as formas do nazismo. Toda missão da esquerda continua a ser lutar pela ampliação do espaço da cidadania e dos direitos. Esta é a tarefa civilizatória da esquerda. E lutar pelo poder, onde houver possibilidade.

A onda conservadora é muito forte, já que a âncora da estabilidade depositou-se num terreno receptivo. Há um fundo conservador cavado depois de larga subjetivação da inflação, um processo que causou muitos danos às pessoas. Qualquer regime que ganhasse essa batalha teria uma espécie de crédito a longo prazo. Foi a direita que ganhou. Assim os grupos e classes sociais dominantes no Brasil estão aproveitando para fazer a festa. Por isso toda essa ideologia de apologia ao capitalismo. E a esquerda não pode apresentar outro projeto porque não tem. Uma alternativa ao Plano real tem que ser concreta. Quando você está numa encruzilhada, o imaginário está ao alcance da mão, como estava em 1989. Perdemos a chance. O governo Lula seria extremamente conturbado, mas dobraríamos o Cabo das Tormentas e ele viraria o Cabo da Boa Esperança. Teria navio naufragado, seria uma coisa terrível, mas estava ao alcance da mão. A sociedade hoje vive um pouco daquilo de que o nazismo se beneficiou muito. O fulano está desempregado, mas você não está. Está com o seu emprego estável, os preços estão estáveis, você tem que estar contente. Apesar de ter aumentado o desemprego e estes constituírem uma grande massa, é muito difícil organizar os desempregados. Esse pessoal que faz biscates acha que está empregado. Só em conjunturas especiais dá para usar como força política.

A Reforma Agrária não sai só com o MST. Você acha que ela poderia aglutinar setores descontentes?

A Reforma Agrária depende essencialmente do Movimento Sem Terra. É importante ter apoio, que os partidos de esquerda declarem apoio, façam atos, mas se vocês não continuarem com suas estratégias e ações, eles sozinhos não terão a capacidade de levar esta luta. Quem catalisa são vocês. A Reforma Agrária tem força ideológica, mas ela não passa pelo cotidiano. Na mesa de qualquer família operária, quais são os produtos da economia camponesa que você encontra? Os produtos são industrializados. A Reforma Agrária tem um valor político extremamente relevante, mas é difícil catalisar a população porque há muito tempo deixou de fazer parte da experiência cotidiana.

É possível trazer a Reforma Agrária para o cotidiano se você trabalhar com a linha do imaginário, que é por onde as pessoas se ligam a seu passado. É tudo uma questão de como retraduzir esta memória do passado num projeto de futuro. Senão, ela não comove mais. Isto pode ser muito forte porque ainda boa parte das classes urbanas brasileiras têm um passado camponês. Mas isso está passando muito rapidamente. Já há gerações que não têm esse passado e não se comovem. A Reforma Agrária se somará, mas ela não tem condições de abarcar a totalidade porque isso foi uma estratégia dos grupos dominantes, que conseguiram dilatar todos os prazos possíveis para a Reforma Agrária, encaminhando o país nessa industrialização perversa, desgraçada. Os laços com o campo foram destruídos. Quem está adaptado à cidade, não volta mais. Esse espaço de autonomia para voltar para o campo só pode ser construído coletivamente. Individualmente não dá. Mas vocês têm que aproveitar estes 86% da população que a apoiam. Há um lado mitológico forte em torno da Terra. □

Francisco de Oliveira é professor de sociologia da USP e foi presidente do Cebrap. Entrevista originalmente publicada no "Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra".

O declínio de uma maioria?

RAFAEL FREIRE

O Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), realizado neste começo de ano, reuniu 1.800 delegados e delegadas do país inteiro. Trata-se de uma das maiores categorias da CUT e do primeiro de uma série de congressos de peso que antecedem o 6º Congresso Nacional da Central. Tradicionalmente a força hegemônica da CNTE, a Articulação Sindical acabou com menos de 52%, embora alardeasse ter mais de 60%. E a Alternativa Sindical Socialista, que esperava o apoio de 21%, obteve 28% dos votos.

Essas alterações devem-se a dois fatores. A Articulação Sindical perdeu em 1996 a hegemonia para a Alternativa em duas entidades importantes (Rio Grande do Sul e Paraná) e em outra para a Corrente Sindical Classista do PCdoB (Santa Catarina). Já no Congresso, delegações de Sergipe, Brasília e Mato Grosso do Sul, até então na Articulação Sindical, apoiaram a Alternativa.

Este recuo quantitativo da Articulação Sindical na educação expressa uma debilidade política dessa corrente para construir respostas efetivas à difícil situação em que o movimento sindical se encontra, não adiantando somente se apresentar como sendo “a direção” ou tentando convencer pelo “charme” de fazer parte da maioria. E mais, a tática da Articulação de reduzir importantes debates políticos a opções tipo “sim/não” (como no caso do “sindicato orgânico”) não dão conta de responder aos desafios colocados na realidade. Foi justamente o crescimento de uma política que tenta dialogar com os problemas reais que levou ao crescimento da Alternativa na CNTE.

Exceção ou tendência predominante?

O quadro da CNTE será uma exceção ou exprime uma tendência à perda de hegemonia pela Articulação Sindical?

Ainda é cedo para afirmações conclusivas. Nos últimos meses, essa corrente ganhou novamente o Sindicato dos Bancários de São Paulo, mas sofreu derrotas em quatro sindicatos metalúrgicos importantes (Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Campinas e Santos). A crise aberta na base do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, entre parte da Articulação Sindical de Santo André e o restante da diretoria, não é um aspecto menor. É o principal sindicato da CUT e de um setor que é referência (junto com os bancários de SP) nas práticas hegemônicas dentro da Central.

A filiação da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) à CUT e a escolha da sua nova direção pela composição entre o grupo do Urbano (do PSDB) e a Articulação Sindical, abriu caminho para a filiação à CUT de um grande número de sindicatos rurais com direções sindicais atrasadas que apoiariam a Articulação. Mas essa política se choca com setores de trabalhadores rurais combativos, inclusive da base da Articulação Sindical, e em especial com o MST.

Política desastrosa

Os problemas políticos colocados para a Articulação desde sua desastrosa intervenção na “negociação da previdência” em janeiro de 1996 não têm solução à vista. A tentativa de transformar a postura de Articulação Sindical nesse evento em estratégia da CUT, apelidada de “resistência propositiva”, tal como aparece na sua proposta

de tese preparatória ao 6º Concut, a coloca em rota de colisão com a estratégia da oposição ao FHC e com parte de sua própria base. Foi justamente a postura política assumida pela Articulação Sindical na “negociação da previdência” que implodiu na ocasião a aliança informal entre partidos e movimentos sociais de oposição ao FHC.

A discussão sobre o modelo sindical cutista (conhecido como o debate sobre “sindicato orgânico”) que foi retomada pelo 5º Concut (1994), virou “mote” para a luta interna, e “prato principal” para o Concut deste ano.

O debate mudou de rumo em inícios de 1996. No encaminhamento da questão da previdência, a Articulação violou as regras democráticas internas da CUT para encaminhar sua posição. Podia falar em nome da CUT? Tinha razão ao buscar silenciar as correntes cutistas internas que opuseram-se a esse encaminhamento? Tal política foi a negação da estratégia de construir a estrutura cutista (o “sindicato orgânico”) como generalização da democracia no conjunto do movimento sindical cutista.

Maquiagem do velho sindicalismo?

Sua tese aponta outro problema grave. Na discussão sobre o processo de construção da estrutura sindical cutista, a Articulação é incapaz de apresentar qualquer proposta que democratize efetivamente os sindicatos que herdamos da estrutura sindical oficial. As mazelas do sindicato oficial acabariam sendo incorporadas na estrutura cutista. A visão da Articulação se aproxima assim à do PCdoB que em oposição a ela defende o modelo de “sindicato filiado sem mexer no sindicato da estrutura oficial”.

A Alternativa tem atacado esses dois modelos, defendendo um sindicato unitário, com democracia interna e autonomia em relação ao Estado, que expresse os princípios que fundaram a CUT em 1983. E desde a 8ª Plenária Nacional (1996), a Alternativa vem chamando a atenção para o absurdo da CUT usar todas suas energias no debate interno e estar quase ausente no embate contra a reforma trabalhista neoliberal de FHC. Esse desempenho deve causar-nos constrangimento quando vemos que na Coreia, em resposta a uma reforma parecida, a central sindical combativa deflagrou uma impressionante greve geral. □

Rafael Freire é membro da Executiva Nacional da CUT.

Os problemas colocados para a Articulação desde sua desastrosa intervenção na “negociação da previdência” não têm solução à vista. Se isso for tratado como linha política, a CUT se colocará em rota de colisão com a estratégia da oposição à FHC e com parte de sua própria base.



MNU, uma discussão necessária

JORGE MACEDO E SEBASTIÃO OLIVEIRA (ZIZO)

A marginalização e discriminação da população negra impulsionou um processo de organização que, ao longo da história, teve momentos importantes, mas que precisa hoje adquirir uma forte dimensão de massa. O movimento negro precisa sair do campo da denúncia e reinserir a luta anti-racista no contexto das questões nacionais.

O diminuto espaço que ocupamos dificulta a realização deste debate e a expressão dos nossos valores e formulações teóricas acerca das lutas e da construção política do combate ao racismo - como forma de opressão constitutiva da formação da sociedade brasileira e sustentado pelo Estado, imperialista e colonizador. A banalização e o descaso com que a sociedade hegemônica se refere à questão racial estão entre as principais dificuldades com que nos defrontamos.

É neste contexto que o movimento dos povos nativos luta por dignidade, justiça e cidadania, atravessando gerações por amor a cultura oral e respeitando diferenças - um dos maiores movimentos de resistência ativo na sociedade moderna e contemporânea. O movimento internacional da negritude é uma das vertentes mais antigas deste grande movimento, um movimento social pela valorização da cultura e da pessoa descendente de povos africanos, um movimento que luta contra a exclusão, pela alteração do status social vigente e, potencialmente, para construir uma sociedade sem desigualdades sociais.

A importância do Movimento

Hoje no Brasil, toda e qualquer entidade do movimento negro que tenha como objetivo a luta e o combate ao racismo, deve ter sua importância ressaltada. Mas uma delas, o Movimento Negro Unificado - MNU, tem tido um papel destacado na luta contra o racismo e na construção de uma nova perspectiva de luta e organização do movimento negro - tendo como centro a construção de um projeto para o povo negro e na afirmação do negro enquanto sujeito político.

A importância e o destaque do MNU é também função de sua estruturação como um movimento nacional organizado em mais de quinze estados. O MNU concluiu, em janeiro, um amplo processo de discussão organizativa com o objetivo de transitar por um novo conceito de organização social e está realizando seminários em vários níveis (Municipal, Regional, Nacional).

Esse novo entendimento de organização visa também dar visibilidade e reforçar a capacidade de formulação sobre temáticas até então pouco trabalhadas, que merecem uma melhor compreensão por nossa parte, como exemplo o papel das religiões e matrizes africanas e as muitas



manifestações culturais que sempre expressaram formas de luta e resistência. Ou a questão de gênero, já que várias de suas militantes participam e elaboram nas discussões sobre as mulheres negras - contribuindo para destacar essa especificidade no movimento negro, no movimento de mulheres e na luta dos trabalhadores e trabalhadoras.

O surgimento do MNU nos anos 70 representa uma bem sucedida experiência de combate ao racismo. Mas novos desafios estão colocados na continuidade de sua construção. Necessitamos desmistificar as compreensões que afirmam ser o objetivo do MNU a construção de um partido negro. Embora essas visões façam parte do movimento negro e disputam posições no seu interior, o que para nós deve estruturar a luta e a organização dos negros é o combate ao racismo.

Saudando a luta travada por nossos ancestrais, pedimos ajuda às forças unificadas na tradição da cosmogonia africana, sem imposição mas ressaltando a importância da contribuição e o respeito vivo ao conhecimento religioso.

Muito Axé! □

Jorge Macedo é militante do movimento negro do Rio de Janeiro e Sebastião Oliveira (Zizo) é coordenador municipal do MNU na cidade do Rio de Janeiro

Sua obra consiste de três capítulos: o primeiro é um retrospecto das visões de Marx e Engels sobre a questão do partido; o segundo um apanhado do debate da Segunda Internacional, envolvendo Bernstein, Rosa Luxemburgo, Kautsky, Lenin e Robert Michels; e o terceiro é uma análise da originalidade do PT no terreno organizativo, avaliando o caráter contraditório do processo de construção do partido e do significado de sua inserção na institucionalidade burguesa. A conclusão, embora se intitule "Algumas considerações conclusivas" e destaque as forças que atuam para enquadrar o PT na institucionalidade eleitoral-parlamentar, apontam também

para o caráter ainda aberto do processo de construção do PT no contraponto com a tradição clássica do movimento socialista. E promete um exame futuro da relação com a tradição da Terceira Internacional.

A *social-democracia e o PT* é uma obra útil para os militantes petistas, oferecendo uma introdução sistemática à debates que deveriam ser do conhecimento de todo socialista. O livro, editado pelo Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV), custa quinze reais e pode ser solicitado à Rua Prof. Sebastião Soares de Faria, nº 27, 2º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01390-010, tel. (011) 285-6288.

A importância e o destaque do Movimento Negro Unificado é também função de sua estruturação como um movimento nacional que transita para um novo conceito de organização social.



Antônio Ozai é um veterano, embora ainda jovem, militante petista há muito preocupado com a questão do partido no movimento socialista. Nos anos 80 ele escreveu uma *História das tendências do PT*. Agora, em *A social-democracia e o PT*, ele procura referenciar o debate sobre as questões de organização do partido nos debates clássicos do marxismo sobre o tema.

O povo negro quer poder

SAMUEL VIDA

O ano de 1997 se insinua como movimentado e promissor para o movimento negro brasileiro. O esgotamento do período de mera resistência através da denúncia e do protesto traz novos problemas e exigências para a luta anti-racista. Impõe reorientar o esforço de intervenção para resgatar o papel histórico da insurgência negra como a mais autêntica e profunda manifestação popular de questionamento das estruturas de poder em nossa sociedade. Introduce - na construção de uma alternativa à barbárie neoliberal -, a afirmação da luta anti-racista como principal móvel civilizatório e democratizante das relações sociais, econômicas e políticas no Brasil. Exige a consolidação de alianças com movimentos de massa e forças políticas comprometidas com a transformação social.

Para os militantes petistas coloca-se um duplo desafio: reforçar a organização autônoma do movimento negro, buscando sua unificação política; e lutar na esquerda contra as resistências dos *companheiros* que, independentemente de coloração ideológica ou matiz *revolucionário*, se revelam monocromáticos e inflexíveis na reprodução de um *olhar branco* sobre o país, reduzindo a luta anti-racista a uma dimensão secundária da luta política e social.

Terra, trabalho e educação

As resoluções do Seminário Nacional de Planejamento da CONEN, realizado em junho de 1996, estabelecem as prioridades que devemos viabilizar. A participação de representação de 20 estados, a presença da coordenação nacional do MNU como observadora e a qualidade das resoluções aprovadas mostram a melhoria substancial da capacidade de articular intervenções unitárias, sem prejuízo das diferenças e especificidades.

O seminário indicou o eixo *terra, trabalho e educação* como o núcleo de uma política de mobilização do movimento negro na conjuntura e na busca de parcerias e alianças com outros setores e movimentos sociais. Estabeleceu a necessidade do enfrentamento contra o governo neoliberal de FHC, rechaçando sua tentativa de cooptação representada pelo grupo de trabalho interministerial. E recomendou um aprofundamento das discussões sobre o povo negro e a disputa pelo poder, a institucionalidade e o voto étnico-racial, a construção de instrumentos de comunicação, as políticas públicas de combate ao racismo, a organização de uma agenda popular para os 500 anos de descobrimento do Brasil.

No terreno organizativo, foram aprovadas iniciativas importantes. Neste ano deverão ser retomados os encontros regionais do Norte/Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul para estimular a ação local e aprofundar as discussões. Em 1998, deverá se realizar o II Encontro Nacional de Entidades Negras, com o reconhecimento generalizado da necessidade de qualificação dos critérios de participação, das discussões e das resoluções políticas e da estrutura operativa da coordenação nacional. Em 2000, o Iº Congresso Nacional do Movimento Negro - Século XXI.

Nas relações internacionais destacam-se o esforço de viabilizar a realização do congresso anual da Associação de Advogados Negros Norte Americanos no Brasil, com o intercâmbio no terreno do direito e das políticas públicas; e a continuidade da articulação continental iniciada no I Congresso dos Povos Negros das Américas.

Caráter estratégico da luta anti-racista

Deveremos aprofundar, no PT, o processo organizativo e político da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo - SNCR, a partir das resoluções do IV Encontro Nacional de Negras e Negros, do cronograma de atividades para 1997 e do momento mobilizador das renovações de direções, que propicia o debate político.

Neste caso, o principal desafio para os negros petistas é o rompimento da resistência dos *companheiros brancos* em reconhecer o caráter estratégico da luta anti-racista na disputa por uma sociedade socialista e seu papel na definição do sujeito revolucionário no Brasil.

Uma característica do refinado apartheid racial brasileiro foi a transferência pelas elites brancas e seu Estado de parte da responsabilidade pela opressão racial para todos os estratos brancos da sociedade. Através de uma espécie de *terceirização* da implementação da exclusão racista, desenvolveram-se políticas formais e informais de privilégios para os brancos, independentemente de origem, situação sócio-econômica, crença religiosa, sexo ou preferência político-ideológica. Ela consolida uma forte aliança, compartilhada tacitamente pela esquerda branca, que isola, subestima e busca manter na subalternidade o povo negro. Este é o principal nó a ser desatado no PT, pois significa redefinir a auto-referência eurocêntrica, quebrar a ortodoxia de uma tradição teórica economicista e pseudo-universalista que só leva em conta as diferenças de classes, romper com a apropriação privilegiada de espaços dirigentes e de representação pelos brancos, etc.

Para tanto, mais do que aprovar resoluções que não sairão do papel, ou realizar encontros apenas de negros, se coloca a necessidade de comprometer o coletivo partidário com a discussão das relações raciais no Brasil e, neste sentido, deveremos iniciar incorporando este tema na pauta do encontro nacional.

Cabe, também, reforçar a organização da Secretaria de Combate ao Racismo como parte da estrutura permanente do PT em todos os níveis.

Quanto ao cronograma da CNCR para 1997 duas iniciativas merecem destaque: a realização, em maio, do Seminário Nacional Relações Raciais e Políticas Públicas, destinado, principalmente, às direções partidárias, parlamentares e integrantes de administrações; e a realização, em julho, de Seminário Nacional da Juventude Negra Petista. □

Samuel Vida é advogado e membro do Coletivo da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT e da entidade Níger Okan.

O seminário nacional de planejamento da CONEN indicou o eixo terra, trabalho e educação como o núcleo da política de mobilização do movimento negro na conjuntura e na busca de alianças com outros setores e movimentos.



Darwin, uma releitura completa

ENTREVISTA COM PATRICK TORT

Foi publicada pela editora PUF de Paris o Dicionário do darwinismo e da evolução, com cinco mil páginas e três volumes. Esta iniciativa, histórica e enciclopédica reuniu, sob a direção do filósofo marxista francês Patrick Tort, cerca de 150 especialistas das ciências biológicas e humanas do mundo inteiro.

Por que este trabalho enorme, de nove anos, sobre o darwinismo?

A questão tem sido colocada de forma lapidar: por que Darwin? Há cerca de quinze anos, quando eu criei um curso sobre a história da ciência em um país da África negra, decidi examinar a obra de Darwin. Ela foi acusada, por uma certa crítica de esquerda, de responsável de desvios perigosos e colocada ao lado de ideologias que desolaram o ocidente: desigualdade social, colonialismo, imperialismo político-econômico, racismo "científico", sociobiologia americana, etc. Ainda hoje me pergunto por que este exame, vital para o pensamento, não foi empreendido mais cedo. Eu submeti, portanto, Darwin a uma releitura completa, uma recontextualização no quadro histórico, institucional e intelectual de elaboração de sua *Teoria da descendência modificada por meio da seleção natural*.

Este trabalho demonstrou que Darwin tem uma posição antípoda a dos ideólogos do ultraliberalismo e também de uma tradição "de esquerda" que o criticava sem saber o que ele tinha verdadeiramente dito e pensado. Foi então que publiquei *La pensée hiérarchique et l'évolution*. Aubier, 1983, que pela primeira vez colocava seriamente a questão da antropologia darwiniana. O público pode descobrir que Darwin não era nem Malthus, nem Spencer, nem Gobineau, nem Cecil Rhodes, mas o teórico de uma evolução cultural que substituiu a hegemonia primitiva da seleção natural pelo desenvolvimento dos instintos sociais e da simpatia, ligados às formas superiores da racionalidade, da educação e da moral.

É o famoso "efeito reversivo da evolução"...

Do qual eu falo desde o início dos anos 80 e que a maior parte dos darwinólogos competentes hoje aceitam como a chave para uma antropologia que explique dialeticamente o nascimento do social a partir do biológico sob a modalidade não de uma ruptura mágica do tipo "salto qualitativo", mas de uma reversão progressiva: "a seleção natural seleciona a civilização, que se opõe à seleção natural".

É assim que você explica o nascimento da ética em Darwin

É assim que Darwin explica. Sem o efeito reversivo não há evolução moral mas uma teologia da obrigação transcendente, com o que se rompe com o materialismo darwiniano.

Por que o Dicionário se apresenta como uma obra simultaneamente de ciências biológicas e de ciências humanas?

Porque trata-se de um dicionário histórico e enciclopédico. E mais do que de uma divisão de trabalho entre especialistas das ciências biológicas e das ciências humanas e sociais, trata-se de estabelecer as condições de uma colaboração direta e intercristica entre as disciplinas representadas.

Os marcos de conhecimento de Darwin e do darwinismo não são hoje unicamente biológicos. A ofensiva dos sociobiologistas norte-americanos, apesar da resistência e da crítica de alguns dentre nós, terminou por criar departamentos onde se trata esta teoria como um setor constituído e autônomo da biologia universitária, um setor cuja ambição é absorver as ciências sociais. Já nos opuzemos a este movimento em *Misère de la sociobiologie* (PUF, 1985), obra na qual Georges Guille-Escuret analisa bem as artimanhas da sociobiologia mais em voga e eu procuro mostrar a incompatibilidade completa entre a

antropologia darwiniana, que explica a necessidade evolutiva das ciências sociais, e a antropologia reducionista dos partidários do "gene egoísta", baseada numa incompreensão total do darwinismo.

As objeções hoje opostas à dinâmica darwiniana da evolução dos organismos, por Denton e alguns matemáticos com uma forte tendência criacionista, são estruturalmente as mesmas que foram opostas a Darwin no século XIX - sinal evidente de que o debate tem lugar no terreno da ideologia e não no quadro estrito da biologia da evolução. O grande jogo é sempre opor falsos darwinistas - os sociobiologistas reducionistas - aos verdadeiros teólogos, que avançam mais ou menos mascarados. Sob estas objeções de "cientistas" ou de amadores cultivados, a maior parte exteriores à biologia, está o pano de fundo político.

Qual pode ser o papel do Dicionário nesta confrontação?

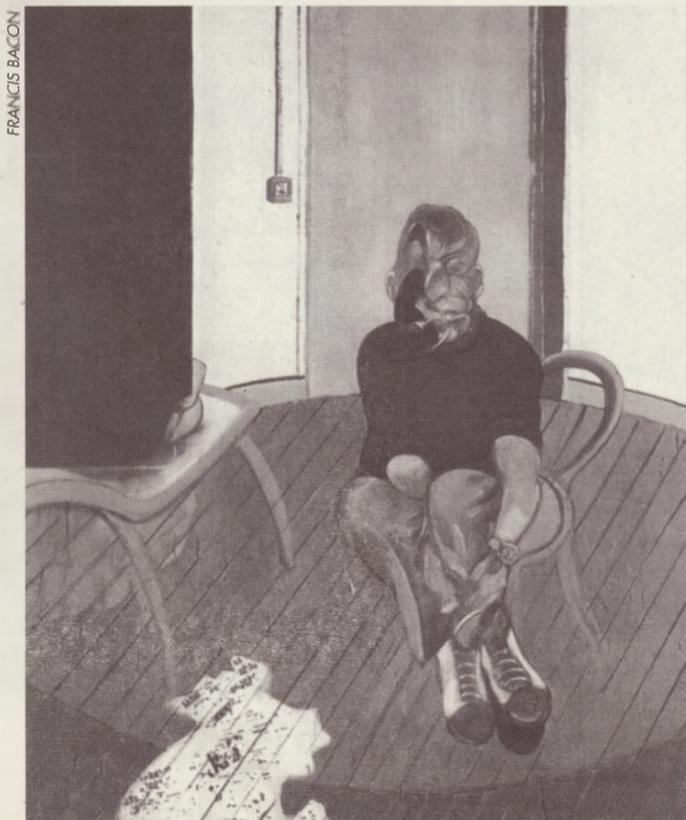
Fornecer toda a documentação científica, todos os fatos históricos, todos os textos, todas as análises que permitem a seus leitores adquirir conhecimentos amplos - da iniciação até a pesquisa - e não serem influenciados por vulgarizadores. Esta é a primeira condição para começar a refletir com método. É também uma condição para começar a resistir aos lugares comuns e aos falsos debates, ou ainda a "temas irrisíveis" na atualidade da especulação naturalista, biológica ou paleontológica.

Um dos meus colaboradores, Philippe Janvier, observava que se fala muito, há algum tempo, sob o pretexto dos dinossauros, de fenômenos de extinção de massa, como se quizessem habituar o público com a idéia de que estas desaparecimentos de populações inteiras estavam inscritas na ordem natural. Ele tem tanto mais razão na medida em que os partidários norte-americanos da hipótese Gaia (a Terra é um grande organismo autoregulado, etc) não hesitam em sugerir que, quando um povo inteiro é dizimado pela fome ou pela doença, trata-se de um simples expurgo do grande organismo eliminando seus excedentes inadaptados... Darwin, que durante toda sua vida procurou ajudar os necessitados, ficaria bastante desgostoso de ler o que alguns de seus pseudo-adeptos declaram extrair de seu trabalho - que de um modo geral eles jamais leram.

Há, portanto, uma filosofia do darwinismo?

Darwin permite uma refundação real da filosofia. A integração da biologia evolutiva na edificação de uma ética não-transcendental, por exemplo, é uma evidência e uma necessidade. É nisso que Darwin, mais do que qualquer outro teórico do passado, tornou possível o materialismo. Marx compreendeu bem isso. Ele confundiu frequentemente Darwin com os "darwinistas" e abandonou um terreno que poderia dar um fundamento "natural" para seu próprio materialismo. Sua desculpa é que em 1860-1862 (data de suas reações mais célebres à leitura de *A origem das espécies*) ele não podia conhecer as teses de *A descendência do homem*, publicada dez anos mais tarde; e depois esperou que este livro fosse uma sequência simples e lógica de *A origem das espécies*, ou seja: a aplicação ao homem e à civilização da teoria seletiva tal como ele tinha desenvolvido nas obras anteriores. Marx não podia imaginar então a seleção dos instintos sociais e o nascimento de uma ética altruísta da simpatia e da solidariedade universais. Os comentadores de hoje não tem esta desculpa. □

O social nasce do biológico por uma reversão progressiva: "a seleção natural seleciona a civilização, que se opõe à seleção natural".



FRANCIS BALCON

Sobre o modo petista de governar

RAUL PONT

É difícil afirmar que nos 16 anos de vida e em 10 anos de experiências administrativas, o PT já tenha consolidado um “modo petista” de governar. Mas estamos construindo-o, apesar de grandes desigualdades regionais, de experiências diferenciadas de construção e de presença dos movimentos sociais e partidos e das particularidades que distinguem pequenos municípios recém-emancipados de uma capital com mais de um milhão de habitantes.

Nossa contribuição ao debate recolhe, portanto, os elementos presentes numa dessas experiências - Porto Alegre - e procura incorporar também o acúmulo teórico e programático do Partido. Esse capital político que herdamos reconhece que no campo socialista há uma crise de referências que se estende, simultaneamente, por uma década de grande ofensividade da ideologia neoliberal.

A derrocada dos Estados burocratizados no Leste europeu foi sinalizadora desse processo. Entretanto, passada quase uma década, vemos que o muro caiu para os dois lados e não há razões à vista para reconhecermos nos países centrais do capitalismo um modelo para a humanidade.

Se temos essa visão crítica e auto-crítica de não engrossarmos o muro de lamentações de que a orfandade política nos remete inexoravelmente às expectativas do figurino neoliberal, não podemos ficar paralisados diante dos desafios. O que fizemos nas administrações e nos legislativos conquistados terá que ser, necessariamente,

A sintonia com os interesses comuns das classes subalternas é a melhor garantia de acerto dos nossos governos e da possibilidade de transformar esses setores sociais em protagonistas dos nossos mandatos.

coerente com o acervo programático anterior. E, ao mesmo tempo, com o compromisso de transformarmos nossa prática numa sistematização teórica de construção de um projeto global para toda a sociedade.

Em suma, *nossas propostas, nossas práticas de governo devem ser coerentes com uma estratégia transformadora e revolucionária e ter elementos constitutivos que a reforcem, que criem as condições para sua efetivação.* Para nós, esse “modo petista” já tem algumas experiências consolidadas que podem ser sistematizadas nas seguintes teses:

A democracia participativa

Esse deve ser o *elemento central de nosso governo.* Fundamento no método de governar. Essa democracia participativa tem como seus instrumentos o Orçamento Participativo, os Conselhos Municipais, os Conselhos Escolares, os mais variados fóruns de participação direta da comunidade e a utilização de consultas diretas à população como o plebiscito e o referendo.

É o elemento central pois além da democratização, da transparência, é o elo de ligação na luta estratégica para superação dos limitados critérios de representação que dominam hoje nosso sistema político. *Se pensarmos numa nova sociedade, temos que desenvolver desde agora experiências que apontem para uma forma de relação da sociedade com o Estado que supere a atual, dominada pelo poder econômico, pela delegação de poder sem controle pela soberania popular, sem a revogabilidade de mandato pelos eleitores e Partidos.*

A participação direta da população é a prova de que é possível criar mecanismos legislativos mais ágeis, mais representativos, menos burocráticos e mais baratos que os atuais. Sem nenhum prejuízo e, ao contrário, desenvolvendo a participação política da população organizada. Isso nos aproxima de algumas formulações mais caras à luta pelo socialismo: a do cidadão-produtor ser também legislador, a da ação direta e do estímulo a auto-organização popular, a da auto-gestão.

Isso vale, também, para o Estado e a União. Essas esferas administrativas são mais complexas e difíceis de aplicação do que no município mas o que importa é o método, o objetivo a ser alcançado.

Defesa do interesses materiais comuns dos trabalhadores

Aquilo que chamamos nas primeiras vitórias eleitorais de “reversão de prioridades”, deve consubstanciar-se de forma mais clara nas prioridades, nos programas e projetos de governo.

A forma mais segura de evitarmos confusões e vacilações ao chegarmos nos governos municipais é termos presente essa palavra de ordem de *defesa dos interesses comuns dos trabalhadores e produtores.* Não há aí nenhum desconhecimento de que quando governamos o fazemos para todo um município ou Estado e que a vitória eleitoral só se consolida com a nossa capacidade de construir *uma política de hegemonia.* Esta significa ter o apoio, a adesão e o reconhecimento de setores sociais que vão além das nossas forças originais.

A sintonia com os interesses comuns - a infra estrutura básica de saneamento, a escola e a saúde vistas como direitos e conquistas históricas dos trabalhadores, a concepção solidária regendo a previdência e a assistência



EDWIN SMITH

Os últimos guevaristas?

ERNESTO HERRERA

O Movimento Revolucionário Tupac Amaru obrigou o governo de Fujimori a reconhecê-los - mediante a negociação direta - como uma força político-militar real e reabriu o debate sobre a vigência ou não da luta armada na América Latina.

Um alto funcionário japonês afirmou: "antes o Peru era sinônimo de Alberto Fujimori. Agora é sinônimo de terrorismo".

Se o poder não fosse uma relação e um lugar, mas simplesmente pessoas, alguém poderia dizer que o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) tomou o poder. Mas não. Só assumiu o controle dos poderosos, por algum tempo. Com isso obrigou o governo de Fujimori a reconhecê-los - mediante a negociação direta - como uma força político-militar real. Para além do desenlace final e seus efeitos futuros, a ação do MRTA reabriu o debate sobre a vigência ou não da luta armada na América Latina.

Em uma das operações guerrilheiras mais formidáveis das últimas décadas, no dia 17 de dezembro o MRTA ocupou a embaixada japonesa na seleta zona de Lima chamada San Isidro, tomando como reféns mais de 400 personalidades "Vip". Em poucos dias, ricos e famosos (ministros, militares, políticos e empresários) tiveram que aprender a lavar o chão, os banheiros, a cozinha e a viver sem luz elétrica -convivendo de igual para igual com jovens de 20 anos nascidos na mais absoluta miséria e formados na clandestinidade.

Um golpe no coração

A escolha do alvo foi produto de um cuidadoso cálculo político: a embaixada do principal sócio e mentor do governo peruano, o Japão. O Peru é um dos principais sócios comerciais do Japão na América Latina. É um receptor privilegiado de empréstimos japoneses - 281 milhões de dólares só em 1995; as exportações peruanas para o Japão, em sua maioria de minerais, alcançaram 541 milhões de dólares, enquanto Lima comprava mercadorias de Tóquio no montante de 300 milhões. As grandes firmas japonesas vêm fazendo excelentes negócios com as privatizações, contribuindo de maneira substancial para vender ao mercado mundial a "competitividade" da economia peruana. No entanto, a partir da ocupação da embaixada, o casamento entrou em conflito. Como disse um alto funcionário japonês: "antes o Peru era sinônimo de Alberto Fujimori. Agora é sinônimo de terrorismo". Há que se cuidar, portanto, do bolso.

O assalto à sede diplomática japonesa veio criar uma grande confusão - difícil de ser consertada - ao projeto de um "Novo Peru" que o presidente peruano havia elaborado de forma bastante decidida. E além de tudo acaba com o mito, bastante difundido, de que a "subversão armada" havia sido eliminada. Simultaneamente, Fujimori perde boa parte de sua legitimidade e vê ser colocado em perigo seu plano de uma nova reeleição presidencial. Seu respaldo popular caiu de 73% para 43%.

Ressurgindo da derrota

"O Movimento Revolucionário Tupac Amaru apareceu como força militar - Exército Popular Tupacamarista -EPT - em 1984, para defender os espaços democráticos conquistados em décadas de duras lutas pelo nosso povo e para conquistar a paz com justiça social a que aspiramos". Define-se como uma organização "integrada por homens e mulheres, operários, camponeses, estudantes, setores religiosos de nosso povo, intelectuais progressistas e militares progressistas". Seu objetivo é "mudar a sociedade peruana, transformando-a em uma sociedade com justiça social que revalorize a condição dos seres humanos que vivem no Peru". É desta forma que se apresentam, em sua página na Internet, os rebeldes do MRTA.



SEBASTIÃO SALGADO

O MRTA conheceu seu desenvolvimento maior durante o governo aprista de Alan Garcia (1985-1990). Realizou suas ações mais audazes nos anos 80, entre as quais várias fugas de prisões. De todas as maneiras, em um contexto de guerra, o MRTA sempre foi uma organização secundária dentro do mapa da violência que se desenvolvia no Peru, ainda que tivessem maior habilidade tática do que os seus rivais do Sendero Luminoso. Contrariamente ao Sendero, com quem se encontra em confronto mortal, o MRTA não se considera "o partido de vanguarda", mas sim como "embrião de uma organização muito mais ampla". Tampouco caracteriza a sociedade peruana como "semifeudal". Em relação ao uso da violência senderista, o MRTA a define como "irracional", pois "colocam carros bombas e matam crianças". (Juan Carlos Caballero e Martin Serna, prisioneiros do MRTA na Bolívia, em entrevista publicada por "Brecha", Montevideo, 17/01/97).

Na década passada, tentou formar o "Batalhão América" junto com organizações da Colômbia, Equador, Chile e Bolívia. Ao contrário do que se passa com o Sendero Luminoso ou as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), ao MRTA não são atribuídos vínculos com o narcotráfico.

Começou a retroceder quando da captura de seu fundador, Victor Polay Campos (Comandante Rolando), em 1992. Após esse fato, alguns militantes aderiram a uma lei de arrependimento apresentada por Fujimori. Sua principal frente militar, na Selva de San Martín, foi praticamente destruída em 1993, bem como sua segunda frente militar que atuava no Departamento de Junín. No dia 15 de outubro de 1993, foi preso o chileno Jaime Castillo Petrucci, considerado o número três do MRTA e um de seus chefes militares. Desde então, os serviços de inteligência davam o MRTA como derrotado.

Debilitado estrategicamente e organicamente e com uma implantação social precária, o Movimento Revolucionário Tupac Amaru foi reorganizando suas forças - cerca de 300 membros, muitos deles dispersos na selva de Huallaga - para voltar à cena política nacional. Com a operação de dezembro, o movimento que tem hoje como seu principal dirigente Cerpa Cartolini, conseguiu não apenas um espetacular golpe de mídia, mas principalmente voltou a colocar na agenda política a libertação de seus companheiros presos e a possível negociação para conseguir um acordo de paz duradouro. Não se pode esquecer que já em 1989 o MRTA debatia internamente a possibilidade de participar nas eleições. Portanto, a tomada da embaixada se coloca em uma perspectiva de médio prazo de integrar-se à vida civil. Para

alguns, considerada a única via para garantir uma sobrevivência política do MRTA.

A negativa do governo em libertar os presos e continuar considerando o MRTA como uma organização "terrorista", corresponde não apenas à sua política contra-insurgente mas também ao fato de que qualquer concessão neste terreno afetaria a sua credibilidade. Pelo fato de não haver uma pressão social contra o regime, as negociações apontam para a saída do país do comando que tomou a embaixada e, possivelmente, uma melhoria das condições carcerárias dos presos.

O segundo objetivo a que visava o MRTA continua pendente: uma saída "à colombiana". Ou seja, onde as organizações guerrilheiras - como o Movimento 19 de Abril (M-19), o Exército Popular de Libertação (EPL) e a Corrente de Renovação Socialista (uma ruptura do ELN) - se integraram à legalidade vigente.

Filhos da pobreza

Os planos de ajuste estrutural recomendados pelo FMI e pelo Banco Mundial não geram apenas fome, miséria e desemprego. Também desenvolveram as condições objetivas para o surgimento de movimentos populares que se levantam contra a extrema desigualdade social.

Estas rebeliões populares são compostas, em particular, por aqueles grupos mais prejudicados pela chamada "modernização" capitalista: indígenas, camponeses sem terra, desempregados, os sem teto dos bairros pobres que vivem na periferia da economia de mercado e comem (de vez em quando) algumas de suas sobras.

Diferentemente dos anos 60 e 70, quando a fonte social dos quadros guerrilheiros eram a intelectualidade progressista e os estudantes radicalizados, ou mesmo setores classistas do movimento operário, a base militante dos movimentos insurgentes neste final de século é composta no fundamental daqueles que nada têm, nem mesmo um emprego miserável ou um teto onde viver. É este o caso do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México, dos militantes da FARC, e do Exército de Libertação Nacional (ELN) na Colômbia. O Peru não foge à regra. A flexibilização neoliberal fragmentou os sindicatos e a esquerda legal é quase um adorno. A crise social é extrema: 12% de desemprego, 80% de subemprego, 13 milhões de peruanos vivendo na mais terrível pobreza. Além disso, uma sociedade destrocada pela violência política: mais de 25 mil mortos em oito anos.

Boa parte do comando do MRTA que tomou a embaixada são jovens entre 16 e 22 anos, homens e mulheres que para além das ideologias, programas e estratégias, buscam conquistar alguma dignidade em um país onde 300 mil jovens se incorporam anualmente ao mercado de trabalho sem nenhuma esperança.

A ressurreição da insurreição

As lutas guerrilheiras e revolucionárias são um patrimônio político, programático e cultural que contribuíram de maneira significativa para traçar os caminhos, as possibilidades e os limites de muitos movimentos sociais na América Latina. O caráter frontal destas lutas esteve - e está - relacionado à condição excludente, violenta e brutal da reprodução capitalista no continente.

Esse dado é relevante para compreender a organização do mercado de trabalho, acumulação do capital e da função do estado, no quadro da dominação imperialista que definem a dinâmica política e social; da mesma forma que definem as reivindicações, os métodos e a natureza das lutas. Do contrário, pode-se cair na tentação, como alguns politicólogos e não poucos intelectuais de esquerda, de um reducionismo flagrante, que considera a luta armada como um grande mal-entendido (quando não sectário) que hoje, assim como no passado, ignora as pluralidades econômicas, políticas, sociais e culturais das sociedades latino-americanas. Daí, dizem eles, a explicação da sua derrota. Totalmente falso.

A ação do Tupac Amaru, assim como a rebelião zapatista ou a continuidade das guerrilhas na Colômbia e a recente reaparição da Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR) no Chile, reabriram o debate. Exatamente em um momento em que a assinatura dos acordos de paz entre a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (UNRG) e o governo, sob os auspícios da ONU, pareciam dizer, definitivamente,

adeus às armas.

Para alguns, como o intelectual mexicano Jorge Castañeda, "a luta armada na América Latina, como meio para poder transformar a sociedade, terminou. O Che é um ícone, não um líder militar a quem valha a pena imitar". Na verdade, melhor seria dizer que a revolução não está - como nos anos 60 - no horizonte imediato. Para muitos, entretanto, ela será sempre uma ilusão. A correlação de forças desfavorável tampouco coloca na agenda cotidiana uma estratégia de luta pelo poder estatal.

É de uma cegueira patética ignorar todas as conseqüências do projeto burguês hegemônico: a contra-revolução neoliberal promove uma desigualdade social e uma entrega da soberania nacional de tal magnitude que a luta por reformas econômicas, pela cidadania social e pela soberania nacional não podem deixar de ser assumidas no marco de um programa de caráter anti-capitalista.

No que se refere às estratégias, Castañeda repete o argumento de tantos social-democratas ou pós-estalinistas: "é possível conquistar mudanças reformistas e redistributivas na região através de meios institucionais". Outro mito.

Há que se perguntar se isso vale para os países onde os espaços legais estão bloqueados e as lutas populares são sistemática e selvagemmente reprimidas, onde qualquer greve, como no caso da Bolívia, termina com mortos e centenas de presos. Nos países onde a democracia é uma farsa. É preciso lembrar que no México e no Peru as eleições são um circo? Que em El Salvador a concentração de riquezas continua como era antes e durante a guerra civil? Que nos últimos dez anos os bandos para-militares na Colômbia assassinaram 30 mil opositores? Que no Brasil, país onde a esquerda realizou importantes avanços eleitorais e inclusive governa vários municípios, os massacres de trabalhadores rurais sem terra é coisa de todos os dias?

É verdade que muitas das correntes guerrilheiras históricas



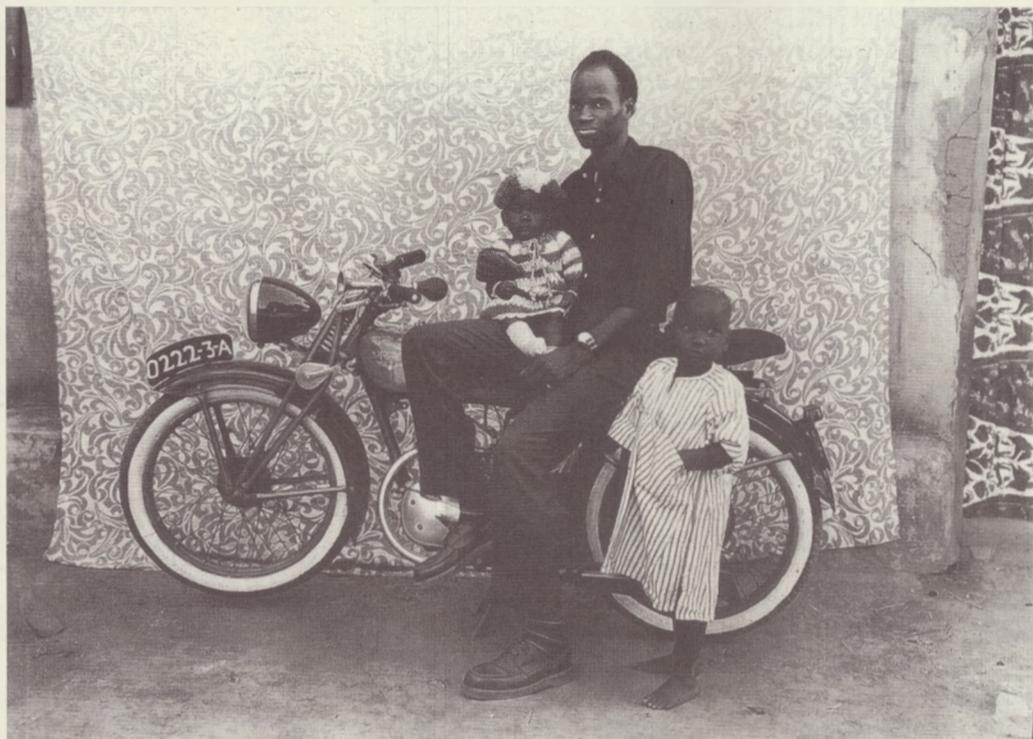
SEBASTIÃO SALGADO

da América Latina estão hoje plenamente integradas ao sistema político dominante (FSLN, FMLN, MLN-Tupamaros). Também é verdade que suas propostas programáticas não se diferenciam em quase nada das vertentes da esquerda reformista, e que em suas políticas de alianças incluem setores significativos da burguesia (como na velha estratégia da revolução por etapas).

No entanto, a dinâmica da luta de classes e as experiências de resistência armada que muitos movimentos políticos e sociais praticam no continente não tendem a desaparecer. Pelo contrário. A ressurreição da insurreição é um fato inegável. Porque a brutalidade do modelo neoliberal em muitos casos não deixa alternativa, continuarão surgindo "guevaristas". Em quantidade. Gente que, como no Peru, seguirá lutando - de armas na mão - pelo direito à dignidade. □

Ernesto Herrera é dirigente do Partido Socialista dos Trabalhadores, integrante da Frente Ampla uruguaia.

Crise africana e etnias



CLAUDE GABRIEL

Para dar só os exemplos mais recentes, nem o Chade, nem a Somália, nem a Libéria, nem o Burundi viram os setores ditos *oprimidos* oporem-se aos setores opressores. Mas a opressão não está, por isso, ausente da origem destes conflitos: duas ou três décadas de poder político monopolizado por uma etnia ou uma região são suficientes para exasperar as populações postas à margem das redes de redistribuição do Estado e do partido dominante.

Trata-se por isso de uma consciência social real e não de uma falsa consciência. Nos países mais afetados, ela apoia a sua vitalidade na coabitação de uma economia de mercado triunfante, de instituições centrais modeladas pelo imperialismo, de estruturas sociais tradicionais e de poderes tribais e étnicos. A vinculação que ela reivindica não é simplesmente identitária nem, na maior parte dos casos, linguística. Ela assenta frequentemente nas formas específicas de direitos territoriais, sobre uma posição particular no acesso a um território e aos seus recursos. Essa consciência pode excepcionalmente (como no caso do Ruanda) revigorar-se numa hierarquização social assente em posições sociais ancestrais, e em parte desaparecidas. É uma consciência enraizada no desenvolvimento desigual e não anacrônica.

Fetichismo da nação

Por não terem compreendido isto, algumas gerações de militantes nacionalistas e anti-imperialistas africanos exibiram rigorosas convicções *patrióticas* que impediram toda a observação crítica do fenômeno étnico. Estas correntes deram total importância aos gestos manipuladores do imperialismo, quando a realidade social complexa exigia a distinção das necessidades sociais específicas de cada grupo da população, principalmente a rural. O fetichismo da *nação* impedia a construção de um combate anti-imperialista que tivesse em conta as aspirações sociais particulares dos grupos etno-linguísticos. Este isolamento na defesa duma integridade nacional abstrata encontra-se hoje no Zaire, quando o principal líder da oposição, Etienne Tshisekedi, propõe um acordo de união nacional com Mobutu para fazer frente ao invasor tutsi.

Por outro lado, seria errado valorizar a reivindicação étnica, tomando-a sistematicamente como uma exigência progressista de libertação. A história destes conflitos mostra

que as relações de submissão são facilmente reversíveis e que os preconceitos são geralmente simétricos. A ruptura dos equilíbrios político-identitários desencadeia as guerras onde uns defendem as suas influências e outros pretendem desalojar os primeiros. Encontramo-nos ainda longe da noção de movimento emancipatório, face à chefes de guerra com as suas hordas de jovens travando as batalhas, pilhando, resgatando um bairro ou uma rua.

Uma penúria agravada

A catástrofe econômica que a África negra conhece desde há mais de dez anos amplificou os seus efeitos. O Estado viu diminuir os seus meios de redistribuição, mesmo sob a forma das redes de clientelismo tradicionais. A diminuição dos rendimentos agrícolas, a falta de terra em algumas zonas do continente, o colapso das empresas públicas e o aumento da fome e do desemprego caracterizam uma situação de penúria agravada. A violência desta crise deixa pouco espaço para inserir a reivindicação da identidade num quadro mais universal, social e anti-imperialista.

A partilha de riqueza é desigual, social, étnica e regionalmente. É objeto de disputas e rivalidades entre os notáveis estabelecidos nas *suas* regiões, entre militares, entre as chefias tradicionais, que misturam as suas intrigas com os legítimos anseios das populações. A crise reduz o peso da arbitragem tradicional: passamos rapidamente da intriga ao enfrentamento. Em certos casos, é o Estado no seu conjunto que desaparece, dando o seu lugar à crescente fragmentação das autoridades étnico-militares (Chade, Libéria, Somália). É também o caso do Zaire, onde o exército não passa duma rede de bandos que vivem às custas das populações.

Felizmente, alguns países escapam a esta situação. Mas a recente eleição presidencial na Costa do Marfim mostrou que mesmo neste país o poder pode ser disputado a partir de considerações regionais ou étnicas. A África rejeitada pelos parâmetros da divisão internacional do trabalho, cujos recursos naturais apenas representam uma percentagem mínima no comércio mundial, paga hoje o preço dum colonialismo tardio.

Esta tendência não poupou os partidos que apareceram no início dos anos 90, num contexto de mobilizações democráticas e de diversas conferências nacionais pluralistas. Frequentemente, estes partidos surgiam dos velhos aparelhos do passado, mais ou menos comprometidos com o poder (é o caso do Zaire e do Congo). Mas sobretudo, os seus dirigentes procuraram rapidamente tirar proveito da sua implantação regional tradicional, dilapidando rapidamente uma consciência social unitária que havia aparecido na população.

Unificar as necessidades específicas

O verdadeiro desafio é integrar a questão étnico-linguística nas lutas de emancipação geral. A questão étnica, imersa nas associações sociais dominadas pela economia de mercado e pela dependência, deve ser vista em oposição a todos os que conseguem forjar os seus próprios negócios. Não há forças capazes de federar estas necessidades específicas, de forma independente e relacionada com objetivos anti-imperialistas radicais. A democracia é forçosamente uma das bases, garantindo o direito à palavra para todos e o reconhecimento das línguas. A atenção dada aos direitos e aos sistemas territoriais tradicionais, às situações sociais circunscritas às etnias, exige também um grande interesse.

Estas perspectivas necessitariam de uma ruptura radical com os mecanismos de dependência associados à atual crise. Além disso, os movimentos de solidariedade na Europa devem munir-se obrigatoriamente de meios de intervenção que não dependam forçosamente de existência de um pólo progressista de referência local. □

Duas ou três décadas de poder político monopolizado por uma etnia ou uma região são suficientes para exasperar as populações postas à margem das redes de redistribuição do Estado ou do partido dominante.

social, o direito a habitação digna como um elemento inicial da cidadania, a visão do lazer, do esporte e da cultura como componentes essenciais da condição humana e não como algo supérfluo e dispensável - *dos "de baixo", das classes subalternas, é a melhor garantia de acerto dos nossos governos e, também, de potencialidade de transformar esses setores sociais em sustentação política e protagonistas dos nossos mandatos.*

Essa política é um antídoto à diluição programática e à visão de que o bom governo é o "de todos". Somos um dos partidos das classes subalternas, exploradas e oprimidas na sociedade capitalista. No governo, temos, prioritariamente, um lado a defender. Isso não enfraquece a disputa pela hegemonia, mas, ao contrário, nos dá base sólida para disputá-la frente a outros segmentos sociais.

O Estado regulador

Uma das bases da ideologia liberal assenta-se na visão do Estado como um entrave, um obstáculo ao crescimento econômico e à liberação das potencialidades da sociedade civil.

A classe dominante no capitalismo nem sempre pensou assim. Nunca se envergonhou de usar o Estado para enriquecer ou privatizar ganhos. Os países do chamado Primeiro Mundo já foram mercantilistas, protecionistas, imperialistas e sempre o Estado foi decisivo para isso nas mãos de frações da classe dominante que, num momento ou outro, estiveram a frente desses governos. No pós-guerra quase todos foram social-democratas, defensores do *Estado do Bem Estar Social*, enquanto deu! Agora todos se converteram ao neoliberalismo e nos apresentam o modismo como "verdade absoluta" e saída inevitável à humanidade!

Nós sabemos que as coisas não foram assim, não são assim e não serão assim. Não fomos criadores desse "trambolho" - o Estado brasileiro - desenvolvido em 500 anos de latifúndio, escravidão, oligarquia e exclusão social no país, nem somos órfãos ou reivindicamos a herança da burocracia do leste europeu.

Mas, no governo, não abrimos mão de seu possível papel regulador e de freio à espontaneidade do mercado e da ausência de planejamento sócio-econômico do capitalismo. Sob nosso controle e direção, mesmo nos limites de um município, podemos agir - desde a correção das injustiças do sistema tributário brasileiro, tornando os impostos diretos mais progressivos e auxiliares na melhor utilização e racionalização do uso do solo urbano, até o estímulo direto à pequena produção, à ação cooperativa, ao combate ao desemprego. E, principalmente, propiciando a disputa mais democrática da renda do município e sua aplicação através da participação direta da população.

O poder municipal dá-nos também uma representação política na disputa da renda do Estado e da União, de suas políticas setoriais, na organização de interesses regionais comuns com outros municípios. Num Estado como o do Rio Grande do Sul, onde os últimos governos acenam com os *Conselhos Regionais de Desenvolvimento* mas não os respeitam e onde a figura constitucional da *emenda popular ao orçamento* ainda é pouquíssimo utilizada, é evidente o potencial de disputa política que isso permite para os municípios.

A democracia e a organização popular

Um dos elementos essenciais de um novo projeto para a sociedade é a consolidação da auto-organização dos movimentos sociais, com autonomia e sem se atrelarem aos partidos e aos governos.

Uma das razões que mais credibilidade dá ao Orçamento Participativo em Porto Alegre é exatamente a confiança que os cidadãos têm de que o PT ou a Prefeitura não o transformarão em uma correia de transmissão de seus interesses. Isso significaria a morte do projeto, ou por

clientelismo nos velhos moldes que conhecemos ou por burocratização sob controle do partido ou da administração.

Nosso papel nos governos é estimular e incentivar a organização popular por mais que isso venha tensionar ou colocar reivindicações ao governo. Jamais podemos temer a organização popular, comunitária, sindical, dos trabalhadores, produtores e cidadãos. Se temos convicção que *a sua luta é a nossa luta*, não há nada a temer, tática e estrategicamente

Nossos governos são abertos, transparentes e devem ser apropriados pela população de forma organizada. Nossa ação não pode ser populista, clientelista, paternalista. As soluções devem ser fruto das ações coletivas, partilhadas pela presença e ação direta dos protagonistas envolvidos.

Da mesma forma, não nos cabe conduzir toda a experiência política e organizativa das classes populares à institucionalização e a legalização. É salutar a desconfiança da população a instituições elitistas, viciadas e que são fruto de legislações anti-democráticas e excludentes.

Essa desconfiança é fértil para fazer crescer propostas que façam avançar a democracia e a consciência crítica da população e isto sempre tem mais resultado na luta prática do cotidiano do que sofisticadas elaborações teóricas.

Em Porto Alegre, os participantes do orçamento participativo compreendem muito bem porque é melhor eles alterarem as regras que eles mesmo desenvolveram e a qualquer momento, do que aceitar uma legislação votada por uma Câmara de Vereadores majoritariamente hostil a essa experiência de democracia participativa.

Conclusão

Como dissemos inicialmente, esses elementos não esgotam um projeto estratégico global. Nem tratamos, também, de uma série de outros aspectos setoriais que um governo enfrenta: políticas de municipalização, sua correção e limites; disputa tributária com as demais esferas administrativas; como se relacionar com o funcionalismo; como disputar as verbas estaduais e federais, etc...

Não abordamos também toda a disputa programática e ideológica em curso na sociedade, o controle dos meios de comunicação de massa e a iniciativa de instalarmos canais de rádio e televisão públicos e comunitários nos municípios que administramos, por exemplo.

Nossa contribuição visa estabelecer *um ponto de partida para o debate* sobre o "modo petista" à luz da nossa experiência e de uma concepção teórica e programática acumulada.

Certamente não iremos esgotar agora nem compor um projeto global articulado que recupere a defensiva e o atraso dessa formulação na esquerda, mas, temos consciência que os itens defendidos são *elementos constitutivos* desse projeto. Não o esgotam, mas estarão presentes como requisitos na construção teórico-programática que queremos. □

Raul Pont é membro do DR/RS e do DN e prefeito de Porto Alegre



Não nos cabe conduzir toda a experiência política e organizativa das classes populares à institucionalização e a legalização. É salutar a desconfiança da população das instituições elitistas, viciadas e que são fruto de legislações anti-democráticas e excludentes.

A reforma da saúde de FHC

FLORISVALDO FIER (DR. ROSINHA)

O governo federal está apresentando uma série de propostas “criativas” para quebrar a ordem jurídica que criou e sustenta o Sistema Único de Saúde (SUS). Na 10ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) e setores do Ministério da Saúde gestavam mais uma proposta de “viabilização” do SUS.

Tendo por base o *Plano Diretor da Reforma do*

Aparelho do Estado, que nada mais é que uma exigência do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, o Governo Federal propõe uma série de mudanças interligadas na Constituição e no funcionamento do aparelho de Estado, com a mesma finalidade: a flexibilização e privatização de inúmeros serviços prestados pelo Estado, inclusive o de saúde.

Reforma do Estado

Através do *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, o governo propõe classificar as universidades (educação), hospitais (saúde), centros de pesquisas e museus como serviços não-exclusivos do Estado, ou seja, onde o Estado pode atuar ao lado de outras organizações públicas não-estatais e privadas.

De acordo com o Plano, a propriedade ideal para a execução desses serviços é a pública não-estatal: “Não é a propriedade estatal porque aí não se exerce o poder de Estado. Não é, por outro lado, a propriedade privada, porque se trata de um tipo de serviço por definição subsidiado. *A propriedade pública não-estatal torna mais fácil e direto o controle social, através da participação nos conselhos de administração* dos diversos segmentos envolvidos, ao mesmo tempo que favorece a parceria entre sociedade e Estado”. A essa política dá-se o nome de *publicização*.

Propõe transferir para essas entidades, que se chamariam organizações sociais - pública de direito privado - inúmeros serviços e funções públicas.

Reforma da saúde

A partir dessa proposta e referenciando-se no *Relatório do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento Mundial 1993 - Investindo em Saúde*, setores do Ministério da Saúde junto com o MARE, elaboraram um documento intitulado *Sistema de Atendimento de Saúde do SUS*. Ele apresenta uma proposta de reforma administrativa do atendimento hospitalar e ambulatorial de saúde do SUS, sem sequer discutir a questão financeira, que é o nó do sistema.

Eles propõem a montagem de um Sistema de Atendimento de Saúde em nível municipal e estadual constituído de dois subsistemas:

a) o Subsistema de Distritos de Saúde, no plano municipal, responsável pelo atendimento dos problemas de menor complexidade, como os de atenção primária; e,

b) o Subsistema de Referência Ambulatorial e Hospitalar, responsável pelo atendimento hoje realizado a nível ambulatorial e hospitalar, para resolução de problemas de maior complexidade. Este sistema passaria a ser gerido pelas organizações sociais em que seriam transformados todos os hospitais públicos.

Isso vem de encontro aos escritos do Relatório do Banco Mundial que prega: “cabe aos governos a responsabilidade básica de *tornar acessível a todos um pacote essencial* de serviços clínicos” e, “para que tais serviços sejam prestados com eficiência, faz-se necessário um sistema de saúde distrital que funcione bem - postos de saúde e centros de saúde - a que os pacientes recorreriam primeiro e de onde seriam encaminhados para os hospitais distritais”.



NEREO

Organizações sociais

Em meados de 1995 o MARE elaborou um anteprojeto de lei e o decreto de regulamentação das organizações sociais, refazendo-o posteriormente com poucas diferenças. Atualmente circula uma nova versão - que seria imposta, apesar das negativas governamentais, através de medida provisória.

O texto da medida tornado público, define quais são os requisitos para a formação de uma organização social, e entre esses o de ter finalidade não lucrativa. Propõe a criação de um conselho de administração ou curador, cuja maioria será indicada pelo executivo, por isso hegemônico.

Esse conselho terá a competência de aprovar orçamento e programa de investimentos e definir objetivos e diretrizes de atuação da entidade. Esta autonomia na elaboração de suas diretrizes e objetivos significa que as organizações sociais podem vir a contrariar políticas de saúde definidas pelos órgãos públicos ou deliberadas pelas conferências municipais, estaduais ou nacionais de saúde, estando fora de qualquer controle público ou social.

Os recursos financeiros destas entidades terão origem na subvenção econômica do poder público, doações de entidades nacionais ou internacionais e resultado da prestação de serviços. Significa a cobrança de serviços, o que agrava o "apartheid" social e a política de atendimento social - que deveria ser usada como um mecanismo indireto de distribuição de renda e que dessa forma passa a ser mais um meio de concentração de riquezas.

Comentários

A criação de organizações sociais é uma das propostas "criativas" e contraria tudo que foi discutido e aprovado na 10ª CNS. Além de não atender as deliberações da Conferência, chamamos a atenção para os seguintes pontos:

1. O governo pretende, com uma mudança do arcabouço jurídico, criar ou dar maior eficiência e qualidade aos serviços prestados - como se o problema básico fosse jurídico. A premissa de tal proposta é que o Estado é ineficiente e que é necessário retirar-lhe responsabilidades, jogando-as para terceiros. E, que sem nenhuma outra transformação (a não ser na forma gerencial) no arcabouço estrutural do Estado, bastaria implantar as Organizações Sociais para torná-lo eficiente.

2. A propalada eficiência, equidade, qualidade e economia de recursos, defendida pelo documento, não tem sido demonstrada na primeira organização social criada no país, a Associação das Pioneiras Sociais - APS/Rede Sarah, pela Lei nº 8.246/91, fato que os documentos do MARE e os do Ministério da Saúde não abordam. De acordo com o relatório da comissão de análise da gestoria da APS/Rede Sarah, esta organização social recebeu do ministério da saúde em 1993 um total de R\$ 139.792.000,00. Apenas os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais receberam montantes superiores. Cada leito da Rede Sarah custou por ano, ao ministério, R\$ 135.200,00, enquanto que os leitos do SUS saíram por R\$ 5.400,00/ano! Chama a atenção a ociosidade: seus leitos são ociosos em mais de 55%, a dos ambulatórios é superior a 75% e das salas de cirurgias acima de 65%.

3. A proposta de medida provisória, ao contrário do preconizado no "Plano Diretor" e na justificativa do mesmo, centraliza mais poderes na mão do Presidente e do Poder Executivo como um todo. A propalada descentralização da União para os Estados, e destes para

os Municípios, não são contempladas nas organizações sociais.

4. Todos os serviços que pretende o Estado passar para as organizações sociais são fundamentais na manutenção da cidadania e o Programa Nacional de Publicização não assegura a execução em nenhum deles. Poderíamos dizer que este projeto é anti-cidadão que demonstra a disposição do governo em não garantir os direitos de cidadania assegurados pela Constituição.

5. O Contrato de Gestão, que na justificativa é colocado como uma mudança na cultura gerencial do Estado, não encontra eco nas propostas legais até agora oferecidas. A mudança da cultura gerencial, implica em desprivatizar o Estado, investir em recursos humanos e democratizar a gestão pública através da participação da sociedade civil.

6. A proposta de organizações sociais, que faz parte do programa de flexibilização da política neoliberal, reduz os deveres do Estado, privatiza parte de suas funções e responsabilidades, estabelece um relacionamento patrão/empregado e de mercado e esvazia a ação e o papel social que o serviço e os servidores públicos devem ter, além de abrir espaço para o setor empresarial buscar novas fontes de lucro.

7. A ausência de uma política de recursos humanos, de um plano de carreiras e funções, bem como de tratamento isonômico dos seus servidores (regimes distintos - OSs, serão CLTs), trará desigualdades entre as instituições condenando-as a padrões de desempenho diferenciados e sujeitas aos desequilíbrios regionais.

8. A proposta de Organização Social, não corrige, ao contrário agrava o atual modelo de atendimento à saúde - centrado no complexo industrial/médico/hospitalar - ao dispor somente sobre a doença e o seu atendimento.

9. Fragiliza o Estado na execução de políticas de saúde a nível nacional e estadual.

10. Rompe com os princípios do SUS de integralidade, universalidade, equidade e participação da comunidade.

11. Quebra os valores de solidariedade do SUS e de responsabilidade estatal, bem como nega a existência ao direito à saúde.

12. Cria a dualidade de decisão e de poder, ao limitar a atuação do município sobre uma parcela do atendimento e estabelecer a liberdade das organizações sociais definirem seus objetivos e diretrizes de atuação.

13. Representa um retrocesso ao deixar as organizações sociais fora do controle dos Conselhos de Saúde.

14. A não definição clara de financiamento para o futuro, as diferenças que poderão existir no tratamento dessas organizações e até a capacidade de resposta administrativa das mesmas, trarão indubitavelmente desigualdades de tratamento e de respostas, entre as Organizações Sociais. Isso expõe o usuário à exploração, à qualidade duvidosa do serviço, à ineficiência etc., sem ter um órgão de controle onde o mesmo possa vir a reclamar, uma vez que o governo pretende que essas entidades sejam autônomas e independentes.

As organizações sociais receberão um cheque, cujo valor não conhecemos neste momento mas que provavelmente não será suficiente para a manutenção dos serviços. Se insuficiente, vai de imediato cobrar pelos serviços, ou não terá eficiência, efetividade e qualidade. □

Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) é pediatra e sanitarista, deputado estadual pelo PT/PR e membro da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Paraná.

O documento "Sistema de Atendimento de Saúde do SUS" apresenta uma proposta de reforma administrativa do atendimento hospitalar e ambulatorial do SUS, sem sequer discutir a questão financeira, que é o nó do sistema.

Cada leito da Rede Sarah, que já está funcionando no novo esquema, custou por ano R\$ 135.200,00, enquanto os leitos do SUS saíram por R\$ 5.400,00. E estes leitos são ociosos em mais de 55%.

Avarezas e generosidades do teatro



EDWIN SMITH

deparamos com uma imensa tarefa de analisar cuidadosamente como se manifesta esta *vocação política do teatro*, e mais do que isso, como é possível colaborar para que ela se exerça de maneira mais inteligente, isto é, conciliando prazer e pedagogia, arte e política, divertimento e reflexão, como propunham - entres outros - Brecht e Meyerhold.

O teatro épico e o estalinismo no Brasil

Feita esta digressão inicial, convém dizer que um dos objetivos deste texto é, modestamente, comentar o livro *A hora do teatro épico no Brasil*, de Iná Camargo Costa, publicado em 1996 pela Editora Graal/Paz e Terra. O livro é extremamente oportuno e interessante: dois adjetivos que merecem explicação. Ele é oportuno porque muito pouco tem sido publicado sobre o teatro brasileiro, muito menos ainda sobre o *teatro político* brasileiro, e ainda menos (o fundo do poço é logo ali) sobre o teatro épico de inspiração brechtiana que se desenvolveu no Brasil. E ele é interessante porque de muito pouco adiantam reflexões e publicações de pé quebrado, recheadas de preconceitos ou simplesmente de erros grosseiros. Certamente não é o caso deste livro, ao contrário, ele é interessante porque alia análises originais - muitas vezes criticando com laivos mordazes *autoridades* da crítica teatral brasileira, como Décio de Almeida Prado, e *grandes* encenadores, como Zé Celso Martinez Corrêa ou Augusto Boal - com descrições raras feitas de espetáculos *políticos* produzidos nos anos 50 e 60 (*Eles não usam black tie*, *Revolução na América do Sul*, *Show Opinião*, *Arena conta Zumbi* e *O rei da vela*, *Roda-Viva*).

Estas análises trazem à luz os bastidores políticos, a presença do stalinismo - via PCB - nos corações e mentes de quem fazia teatro, as incompreensões e os limites destas experiências. Iná Camargo Costa destaca mais as avarezas do que as generosidades, deixando um pouco à margem os imensos avanços que este movimento trouxe para o teatro brasileiro. Neste ponto o livro parece algo amargo, como se a autora, trotskista, aproveitasse para acertar algumas contas com os *empedernidos* autores e diretores stalinistas deste período; além de fazer, talvez com certa rapidez, uma crítica à estratégia do *recoo organizado* promovido pelo PCB no plano político e seguido por seus militantes no campo artístico depois do golpe militar de 1964. Rapidez não porque esta estratégia não tenha sido adotada, mas porque o espaço teatral reserva sutilezas e complicações que conviria discutir, como uma relativa autonomia do discurso artístico em relação ao político (entre outros motivos, porque muitos autores, diretores e atores/atrizes eram apenas simpatizantes do partido comunista, sem vínculos orgânicos que implicassem subordinação ao seu programa); e uma análise da realidade social utilizando categorias e métodos pouco ortodoxos em relação à política partidária (penso principalmente no papel subversivo do deboche, da crueldade nos termos artaudianos, da anarquização dionisíaca, da irreverência impertinente, etc).

Luta política como artigo de consumo

A hora do teatro épico no Brasil nos dá a chance de discutir aquela *vocação política* do teatro, da qual nos fala Dort. E mais precisamente, como esta *vocação política* se materializa em condições sociais concretas. No Brasil de 1958, quando estréia *Eles não usam black-tie*, ou no Brasil de 1997, as condições sociais interagem profunda e

FERNANDO CÉSAR KINAS

Dizer *teatro político* poderia, para início de conversa, ser considerado uma tautologia. Bernard Dort, um dos maiores críticos de teatro da Europa depois dos anos 50 (ele morreu em Paris, em 1994), diz que “antes de perguntar como o teatro pode ser político, não seria melhor refletir sobre o fato que, de alguma maneira, ele é político ontologicamente? E falar de uma *vocação política* do teatro. Assim, a questão não seria mais de saber qual pode ser, em circunstâncias dadas, a eficácia de tal ou qual obra dramática, mas de estabelecer claramente a dimensão política que é aquela de todo grande teatro - prontos para avaliar, em seguida, como os autores e diretores contemporâneos aceitam ou recusam uma tal dimensão” (*A vocação política*, 1965).

Resumindo assim a questão, pelo menos dois grandes caminhos estão disponíveis para quem faz e para quem analisa o teatro. Seguindo um deles, ficamos todos tranquilos: já que todo (bom) teatro é político, por que nos preocuparmos com mensagens, conteúdos socialmente relevantes e coisas deste tipo. Na verdade estas preocupações estariam datadas e revelariam irremediavelmente uma nostalgia tão utópica quanto fora de moda. Por outro lado, seguindo um caminho mais consequente, nós nos

A hora do teatro épico no Brasil nos dá a chance de discutir a vocação política do teatro, da qual nos fala Dort. E, mais precisamente, como esta vocação se materializa nas condições sociais concretas do Brasil.

político

dialeticamente com a produção teatral. Via de duas mãos, certamente, mas uma delas, aquela que vem em direção ao teatro, precisa ser melhor estudada. A presença das novas tecnologias, o império da velocidade ("A velocidade é um meio onde é preciso aprender a habitar", Virílio), o descrédito dos grandes discursos segundo Lyotard, o desencantamento generalizado - inclusive, ou principalmente, com os projetos coletivos (cf. *A era do vazio*, de Gilles Lipovetsky), a internacionalização do capital (nada a ver com a IV Internacional), são dados a serem integrados nos nossos estudos sobre os contornos do *teatro político* brasileiro hoje em dia.

Duas idéias presentes no livro me parecem fundamentais. A primeira é sobre a introdução da luta política na *esfera da produção capitalista* (expressão usada à propósito do espetáculo *Roda-Viva*, dirigido em 1968 por Zé Celso), isto é, como a luta política pode ser absorvida pelas estruturas sociais tradicionais e transformada em artigo de consumo. O cinema, o teatro e a música popular testemunham esta situação: em determinado momento (no pós 68) ser de esquerda tornou-se rentável, ajuda a vender disco, bilhete de cinema ou entrada de teatro. Isto, evidentemente, implica na perda de sua força original, numa *autocrítica* que renega a pertinência destas experiências.

Dizer coisas novas de um jeito novo

A outra idéia é de que existe um descompasso importante entre a forma dramática (presença de diálogos, coerência psicológica dos personagens, encadeamento das cenas segundo uma lógica interna, etc) e os novos conteúdos que começam a ser objeto do teatro à partir dos anos 50 (a greve de *Black-tie* é um tema não-dramático, envolvendo antes forças sociais, do que subjetividades individuais, mas tratada de forma dramática por Guarnieri). Debate inédito no Brasil, mas que já existia na Europa da virada do século, impulsionado pelas ousadias de dramaturgos como Tchekhov, Strindberg, Maeterlinck, Hauptmann e, mais tarde, pela contribuição decisiva de Brecht à formulação de um teatro não-dramático (ou anti-aristotélico), que ele define como *épico*. Descompasso que também aparece em outra versão, expondo as assimetrias entre os avanços do movimento social e os avanços do fazer teatral.

O tema é certamente muito mais vasto do que o espaço e os objetivos definidos para este artigo, mesmo assim, é importante destacar que parte deste conflito encontra em Brecht um resumo lapidar: é preciso dizer coisas novas de um jeito novo. Simples como *bom dia*, esta idéia, entretanto, põe em cena a necessidade imperiosa de forjarmos instrumentos novos (dramatúrgicos e cênicos) para falarmos sobre o mundo de hoje, mais complicado e esquisito do que supõe nosso vão teatro à moda antiga. Brecht formulou sua teoria do teatro épico, um teatro à altura dos desafios de um mundo que entrava na *era científica*, assim como Shakespeare inventou um teatro à altura de uma sociedade que descobria novos mundos e que se descobria a si mesma, que se debruçava sem sujeição (ou pelo menos tentava) sobre os mistérios da natureza (Copérnico, Galileu, Da Vinci, Newton, Bacon). Brecht diz ainda que um novo teatro pressupõe um movimento social capaz de sustentá-lo contra as antigas e resistentes formas do teatro mágico e acrítico burguês. Os desafios, nos dias que correm, parecem maiores que as nossas forças.



EDWIN SMITH

Vocação do teatro contemporâneo

Heiner Müller declarou ao jornal *Le Monde* (1995) que o "teatro perdeu sua vitalidade porque ele não sabe mais qual é a sua função e com qual sociedade ele dialoga". À nós a tarefa difícil, mas prazerosa (como queria Brecht) de encontrarmos alternativas à esta situação. Um grande diretor de teatro, Reza Abdoh, disse que "não se pode animar o público, chocando-o, senão na medida em que nós tenhamos algo a dizer (...) para mim, o teatro é o lugar onde se pode dar forma às idéias, ele é uma espécie de fórum para a troca de idéias", e ele seguia à risca este caminho, mas com uma linguagem desconcertantemente contemporânea, criando, num de seus últimos espetáculos, cinco ambientes simultâneos de ação, recorrendo ao vídeo, às projeções em telões, à músicas populares, à mitologia grega, à vertigem estilo MTV, à fragmentação, ao deboche, à sofisticação tecnológica no controle das luzes, à desconstrução do tempo clássico da narrativa, etc, etc, tudo isto à serviço (ainda se pode usar esta expressão, acho eu) de suas idéias, confirmando a *vocação política* do teatro contemporâneo.

Duas outras questões, *acadêmicas* ou periféricas demais para serem desenvolvidas agora, poderiam fertilizar inquietações úteis. Será que o stalinismo, que promoveu Stanislavski como gênio incontestado e assassinou Meyerhold, se identifica com o tratamento dramático no teatro, recuperando Aristóteles e um estilo determinista autoritário, enquanto o trotskismo, mais sintonizado com um mundo *probabilista*, se aproximaria de um tratamento teatral épico? Será que não caberia um exame detido das contribuições que nossos artistas nos anos 60 (Guarnieri, Boal, Zé Celso, Ítala Nandi, Renato Borghi, Chico Buarque, Vianinha) deram para a criação de um teatro épico original, longe do ambiente prussiano cheirando à morte em que viveu Brecht, e sim, mergulhado num país pouco apolíneo, plural e em descoberta? Seria o caso, talvez, de privilegiar as generosidades e condescender com as avarezas. □

Fernando Kinas é autor e diretor de teatro

Brecht oferece um resumo lapidar da contradição entre forma dramática e novos conteúdos: "é preciso dizer coisas novas de um jeito novo".

INÁ CAMARGO COSTA.
A HORA DO TEATRO ÉPICO
NO BRASIL.
RIO DE JANEIRO:
GRAAL/PAZ E TERRA, 1996.
R\$ 18,00.



A reforma trabalhista neoliberal

GUSTAVO CODAS

Há uma reforma trabalhista neoliberal em curso. Ela não está sendo discutida enquanto tal na sociedade ou no Congresso, nem é percebida pelo movimento sindical em sua real dimensão. Mas seus efeitos estão sendo devastadores.

Quando os neoliberais entraram marchando com FHC esperou-se que fossem logo atacar o “calcanhar de Aquiles” do movimento sindical brasileiro (seja cutista ou não): o “tripé” da unicidade sindical, o monopólio de representação e as contribuições compulsórias. Isto é, previa-se um ataque às “máquinas sindicais”, que tão mal organizam e defendem os trabalhadores mas que tanto auxílio político e material têm prestado às esquerdas (mesmo que não somente a elas).

Mas a estratégia dos neoliberais tem sido outra. Elevaram o patamar do desemprego, tirando do horizonte qualquer perspectiva de pleno emprego. O “pleno emprego torna os trabalhadores indisciplinados e isso reduz a produtividade”, sentencia José Marcio Camargo na revista *Novos Estudos Cebrap* (julho 1996, pág. 148). Camargo repete o que os pensadores burgueses reacionários falam há décadas: o desemprego é bom para domesticar os trabalhadores. São ideias adequadas para um economista que hoje assessora um governo como o de FHC - em 1994 assessorou o programa do Lula!

Golpes em vários níveis

O medo e a insegurança provocados pelo desemprego e a precarização do trabalho pavimentam o caminho da ofensiva neoliberal. Nesse cenário, os neoliberais golpeiam em vários níveis:

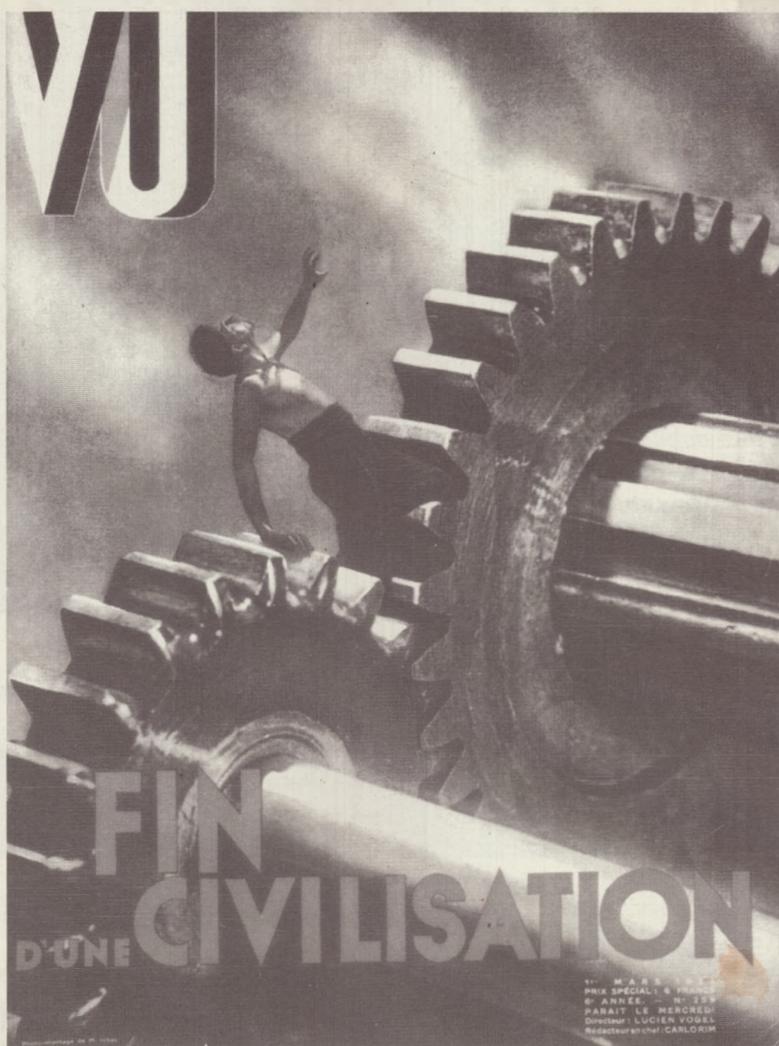
- multiplicação das modalidades de trabalho precário, que debilita a organização sindical e reduz direitos do conjunto dos trabalhadores.

- enfraquecimento da negociação coletiva por categoria, limitação da negociação ao âmbito da empresa e pressão para a organização sindical por empresa, empresas e Estado garantem algum espaço para o sindicato apenas quando a negociação visa a flexibilização da legislação trabalhista.

- inviabilização das greves ou das entidades sindicais por conta das multas aplicadas pelo Judiciário; e

- limitações às cobranças de compulsórios.

Com tais medidas o Brasil está chegando ao que o jurista uruguaio Oscar Ermida Uriarte, assessor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), definiu como a essência da proposta neoliberal aplicada à legislação trabalhista: “Enquanto se afirma que no direito individual do trabalho o Estado não deve intervir nem legislar, já em matéria de direitos coletivos o Estado deve sim fazê-lo, mas para restringir o poder sindical, para



limitar a esfera da negociação e para restringir o direito de greve” (Ermida Uriarte, “Flexibilização e reforma trabalhista na América Latina”, 1996)

Próximo alvo: máquinas sindicais

O momento é propício. O sindicalismo, mesmo o cutista, não consolidou sua legitimidade junto aos próprios trabalhadores. As “máquinas sindicais” dependem muito mais da vontade do Estado que da dos trabalhadores. Negociam em nome dos trabalhadores por imposição do Estado. Financiam-se com taxas compulsórias que o Estado acoberta.

O Estado neoliberal, auxiliado pelo desemprego, decidiu atacar prioritariamente pelo primeiro flanco: está desfazendo o função social dos sindicatos ao fragilizar as negociações coletivas e retirar direitos individuais. As direções sindicais vêm retroceder seu papel social, mas mantêm ainda boa parte de sua capacidade de arrecadação financeira compulsória. Por isso têm sentimentos ambíguos.

Mas cumprida a primeira etapa, o alibi das máquinas sindicais estará desfeito e o tão esperado ataque à estrutura sindical será o seguinte passo lógico da estratégia neoliberal, podendo ter o apoio da “opinião pública”, sem que a esquerda tenha legitimado a necessidade de garantias legais para a organização sindical livre e autônoma (em especial o direito de organização do sindicato no local de trabalho). A CUT tem em seu programa fundador uma resposta a tal desafio. Resta saber da disposição política dos cutistas de implementá-la. □

Gustavo Codas é assessor da CUT Nacional

As peças do modelo

Enfraquecimento das negociações coletivas e proibição das greves

- Medida Provisória (MP) da desindexação proíbe a reposição da inflação passada.

- MP da participação nos lucros/resultados permite que através de acordos por empresa, negociados com comissões de funcionários indicadas pelas gerências, sejam concedidos abonos vinculados a seu desempenho. É a porta de entrada da estratégia de salário variável almejada pelas empresas.

- Multas da Justiça do Trabalho (JT) inibem greves ou inviabilizam financeiramente as entidades. Projeto de Lei (PL) do Executivo legaliza e amplia tais medidas da JT.

- PL limita o direito de greve do funcionalismo a pretexto de regulamentar a Constituição. E decreto presidencial já limitou o direito de manifestação e greve do funcionalismo federal.

Trabalho precário e retirada de direitos

- PL (aprovado na Câmara de Deputados) cria a figura do contrato por tempo determinado e do “banco de horas” que permite uma jornada de trabalho “normal” de até 60 horas semanais.

- Mudança no artigo 442 da CLT abriu caminho para a contratação através de cooperativas fantasmas de mão-de-obra sem que nenhum direito trabalhista precise ser assegurado aos trabalhadores.

- Nos “dissídios coletivos”, a JT está retirando direitos sociais das convenções e acordos coletivos.

- Portaria do Ministério do Trabalho (MTb) muda critérios da fiscalização do trabalho para não autuar as empresas que não cumprem a lei em decorrência de aplicação de acordo negociado com o sindicato.

- Portaria do MTb amplia o prazo pelo que uma empresa pode recorrer à locação de mão-de-obra temporária (além de flexibilizar critérios para admitir seu uso).

- Emenda Constitucional retira a estabilidade ao funcionalismo público.

- Governo anulou a Convenção 158 da OIT - que deveria vigorar desde inícios de 1996 - que inibe a dispensa imotivada.

Definhamento da estrutura sindical oficial

- Judiciário questiona a cobrança compulsória e aos não associados da “taxa confederativa” e da “taxa assistencial”, principais fontes de financiamento das máquinas sindicais na atualidade.

- Há casos em que a JT não reconhece a estabilidade de dirigentes sindicais de diretorias de mais de 21 membros. A ampliação das mesmas muitas vezes foi feita para suprir a ausência de direito de organização nos locais de trabalho.